



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

MARIA CRISTIANE DA SILVA BATISTA

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
MÃE DO RIO-PA: AVANÇOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS**

MÃE DO RIO-PA
2018

MARIA CRISTIANE DA SILVA BATISTA

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
MÃE DO RIO- PA: AVANÇOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS**

Trabalho de conclusão de curso – TCC,
apresentado à Faculdade de Pedagogia, da
Universidade Federal do Pará- UFPA, Campus
Universitário de Castanhal, como requisito
final para obtenção do grau de licenciado em
pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Madison R. Ribeiro

MÃE DO RIO-PA
2018

MARIA CRISTIANE DA SILVA BATISTA

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE
MÃE DO RIO- PA: AVANÇOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS.**

Trabalho de conclusão de curso – TCC,
apresentado à Faculdade de Pedagogia, da
Universidade Federal do Pará- UFPA, Campus
Universitário de Castanhal, como requisito
final para obtenção do grau de licenciado em
pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Madison R. Ribeiro

Aprovado em: ____/____/____

Conceito:_____

Banca examinadora

Prof. Dr. Madison Rocha Ribeiro - orientador
Universidade Federal do Para- UFPA

Prof. Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos- examinador
Universidade Federal do Para- UFPA

Prof. Me. Luizete Cordovil Ferreira da Silva- examinadora
Universidade Federal do Para- UFPA

À minha mãe, Maria da Paz, fonte de inspiração para lutar por um futuro melhor, e ao meu sobrinho Leonardo pelo apoio prestado e pelo amor dedicado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a oportunidade de concretizar este sonho, por ter me proporcionado saúde e vida, me abençoando para que eu pudesse trilhar a vida acadêmica, a fé em Deus foi essencial para não desistir diante dos desafios encontrados ao longo dos anos.

À minha mãe, Maria da Paz, que sonhou junto comigo este sonho e que nos momentos difíceis sempre esteve presente para apoiar-me, sendo meu incentivo a não desistir diante das barreiras que surgiam. Obrigado mãe pelo apoio prestado e por me incentivar a trilhar o caminho do conhecimento.

Aos meus irmãos, que apesar da pouca idade, torceram e apoiaram-me em todos os momentos ao decorrer desta trajetória.

Ao meu companheiro de vida e namorado que esteve ao meu lado desde o início do curso e que sempre me incentivou a dar o meu melhor e a batalhar pelos meus objetivos.

A toda minha família que torceu desde a aprovação na universidade.

Ao professor Dr. Madison Rocha Ribeiro pela orientação dispensada à realização da pesquisa de campo e para construção deste trabalho, sua orientação e compreensão foi essencial para que eu conseguisse concretizar esta pesquisa.

À Universidade Federal do Pará pela educação de qualidade oferecida e pela oportunidade de cursar o nível superior em minha cidade, e a todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica neste período, todos, sem exceções, tiveram contribuição significativa em minha formação, não só como futura profissional, mas também como ser humano.

Aos meus Amigos de turma, em especial, Nara, Andréia, Tayane e Aline que se fizeram presente nos momentos mais difíceis durante as aulas e por toda a ajuda prestadas no desenvolvimento dos trabalhos acadêmicos, as experiências partilhadas foram de grande relevância na construção de minha identidade profissional.

A todos os demais amigos pelas palavras de incentivo, obrigada, chegar até aqui não seria possível sem todos vocês.

A educação integral pressupõe uma escola viva, que esteja concatenada à realidade em que está inserida, objetivando que esta escola não atue apenas intramuros, mas que viva em completa simbiose com a comunidade que a permeia.

(Jeovany Machado dos Anjos)

RESUMO

O estudo insere-se no campo das políticas públicas, tendo como objeto de análise a educação em tempo integral realizada através dos programas Mais Educação e Novo Mais Educação na Rede Municipal de Ensino do Município de Mãe do Rio-PA. Analisa a implementação da política de educação em tempo integral através da execução dos programas acima citados, discutindo os avanços, as dificuldades e as perspectivas para o campo educacional. Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo descritivo, fundamentada no paradigma qualitativo de pesquisa. Para a obtenção dos dados empíricos utilizou-se da entrevista estruturada, a qual foi realizada com três coordenadores pedagógicos atuantes em escolas públicas do município onde os mencionados programas de educação em tempo integral foram/estão sendo realizados. A discussão dos resultados se deu a partir da literatura especializada do campo da educação em tempo integral, a qual aponta as principais concepções de educação integral em tempo integral que se apresentaram no cenário educacional brasileiro desde o século XX até a atualidade. Destaca as ideias defendidas por Anísio Teixeira e suas principais contribuições para o campo da educação, trazendo as considerações de vários autores que discutem sobre o objeto de investigação como Paro (1988), Cavaliere (2010), Ribeiro (2017), entre outros. Os resultados constatados ao decorrer da pesquisa apontam que o programa Mais Educação, apesar de ter impactado positivamente no ensino aprendizagem dos alunos, não alcançou totalmente os objetivos esperados. Houve diversas barreiras que impediram melhores resultados, como a infraestrutura precária que se encontra na maioria das escolas, a falta de espaço físico para realização das atividades, pouco apoio por parte da SEMED e a falta de credibilidade no programa. As perspectivas ao Novo Mais Educação relacionado ao programa anterior são mais otimistas por parte dos coordenadores pedagógicos, os mesmo acreditam que uma mudança nas condições físicas das escolas, um bom apoio pedagógico e financeiro e maior investimento em capacitação profissional são essenciais para que se consiga alcançar as metas pretendidas que não foram alcançadas anteriormente.

Palavras-chave: Educação integral. Educação em Tempo integral. Políticas Públicas. Programas.

ABSTRACT

The study is part of the public policy field, with the object of analysis being full-time education through the More Education and New More Education programs in the municipal education network of the municipality of Mãe do Rio-PA. It analyzes the implementation of the policy of full-time education through the implementation of the programs mentioned above, discussing the advances, difficulties and perspectives for the educational field. It is a field research, of the descriptive type, based on the qualitative research paradigm. To obtain the empirical data, a structured interview was used, which was carried out with three pedagogical coordinators working in public schools in the municipality where the aforementioned full-time education programs were / are being carried out. The discussion of the results came from the specialized literature of the field of full-time education, which points out the main conceptions of full-time integral education that have appeared in the Brazilian educational scene from the 20th century to the present day, as well as the ideas (1988), Cavaliere (2010), Ribeiro (2017), among others. In this paper, we present the results of the research carried out by Anísio Teixeira and his main contributions to the field of education. The results found in the course of the research indicate that the More Education program, although positively impacting the teaching of student learning, did not fully reach the expected objectives. There were several barriers that prevented better results, such as the precarious infrastructure found in most schools, lack of physical space to carry out activities, lack of support from SEMED and lack of credibility in the program. The perspectives for New Education related to the previous program are more optimistic on the part of the pedagogical coordinators, they believe that a change in the physical conditions of the schools, a good pedagogical and financial support and greater investment in professional qualification are essential if it is to reach goals that were not achieved previously.

Keywords: Integral education. Full-time education. Public policy. Software

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAC	Centro Integrado de Atenção à Criança e ao adolescente
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PEE	Plano Especial de Educação
PME	Programa Mais Educação
PNME	Programa Novo Mais Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROFIC	Programa de Formação Integral a Criança
PRONAICA	Programa Nacional De Atenção Integral A Criança E Ao Adolescente
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMED	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL.....	16
2.1	BREVE HISTÓRICO.....	16
2.2	CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	28
2.3	EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	32
2.4	EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL E A BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL.....	41
3	A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MÃE DO RIO/PA....	48
3.1	O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	48
3.2	AVANÇOS EDUCACIONAIS CONQUISTADOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MÃE DO RIO.....	55
3.3	DIFICULDADES ENFRENTADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MÃE DO RIO-PA.....	60
3.4	PERSPECTIVAS PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO.....	62
4	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE.....	74

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a implementação da política de educação em tempo integral realizada através da execução dos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação na rede municipal de ensino de Mãe do Rio/PA, evidenciando as suas contribuições e implicações para o campo educacional. O referido estudo teve como problema de pesquisa quais os avanços, as dificuldades e as perspectivas encontrados pelo município de Mãe do Rio ao implementar as políticas públicas de educação em tempo integral nas escolas de educação básica da rede municipal de ensino.

A partir deste problema de pesquisa o trabalho voltou-se para os seguintes objetivos: Analisar os avanços, as dificuldades e as perspectivas das políticas públicas de educação em tempo integral no município de Mãe do Rio- PA, identificar os avanços conquistados com a implantação dos programas, destacar as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas durante a execução dos programas e elucidar as perspectivas dos profissionais da educação acerca do funcionamento dos programas.

No início de minha formação acadêmica, ainda caloura no curso de pedagogia, tive a oportunidade de ser monitora no Programa Mais Educação. A experiência foi de grande enriquecimento, tanto pessoal quanto profissional, já que foi o primeiro contato com uma sala de aula e com alunos. Fiquei responsável pela monitoria na área de orientação pedagógica que, na prática, significava reforço escolar nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Inicialmente tive muita dificuldade em lidar com a dinâmica em sala e principalmente em ter que ensinar vários alunos, pois nunca havia tido nenhum contato com a área, faltava orientação dos coordenadores, e o trabalho desenvolvido era totalmente planejado e organizado por mim. Esse fato ocorreu no segundo semestre do ano de 2014; no primeiro semestre do ano seguinte consegui algumas turmas em outra escola e desta forma passei a atuar em duas escolas diferentes, as quais tornaram-se *locus* de investigação desta pesquisa, recebendo o codinome de escola X e escola Y.

Ao iniciar os trabalhos na escola Y foi notória a diferença em termos de planejamento. Havia um coordenador pedagógico para trabalhar exclusivamente no Programa Mais Educação, além de formações para os monitores, reuniões semanais para socialização dos resultados, esclarecimento de dúvidas e planejamento das atividades. O trabalho desenvolvido nesta instituição de ensino era mais organizado que na outra, enquanto que na escola Y os resultados positivos eram bem mais visíveis, na escola X havia um grande

número de desistência de alunos e a implementação do programa parecia não surtir os efeitos esperados na aprendizagem dos alunos.

Trabalhei dois anos na função de monitora do Programa Mais Educação e a dinâmica desenvolvida para contemplar as atividades do Programa eram uma grande fascinação, além da oportunidade de estudar em tempo integral, as atividades planejadas para contemplar os multcampos do conhecimento humano eram os maiores diferenciais da educação que já ocorrera na escola até então visto por mim. Esta dinâmica era mais que uma ampliação do tempo escolar, era uma oportunidade de tirar crianças das ruas e de contribuir com a aprendizagem dos mesmos.

Posteriormente, entra em execução o Novo Mais Educação, um programa voltado para atender as políticas públicas de educação em tempo integral, mas que perdeu o caráter de educação integral, fazendo maior referência à ampliação do tempo da criança na escola do que ao desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas. Desta forma e mediante a essas experiências é que surge o interesse pela temática e pelo objeto de estudo aqui destacados.

O fato de haver uma diferença significativa com relação a metas e aos objetivos de um programa para o outro, que apesar de serem semelhantes na nomenclatura se distinguem bastante um do outro, fez-me questionar sobre como a implementação desses programas ocorrem nas escolas, como as escolas são preparadas para executarem as atividades desses programas, quais os avanços conquistados até o presente ano, quais as dificuldades enfrentadas pelas escolas para executarem os programas e quais as principais perspectivas dos profissionais da educação sobre o desenvolvimento da educação em tempo integral em Mãe do Rio. Tais inquietações motivaram-me a pesquisar e conhecer mais a fundo as políticas públicas de educação em tempo integral e principalmente o Programa Novo Mais Educação que objetiva otimizar o tempo do aluno na escola, assim como incidir na escolarização dos mesmos.

Considerando o objeto de investigação, o tipo de pesquisa que se mostrou mais adequado foi a de campo por possuir instrumentos exploratórios que permitem analisar e interpretar a realidade, buscando caracterizar os problemas e compreender o objeto estudado.

O estudo de campo é um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizado por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes que captam as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.(HEERDT; LEONEL, 2007, p. 83)

A pesquisa realizada teve uma abordagem qualitativa, que por se tratar da realidade das instituições de ensino envolvidas na pesquisa o método qualitativo foi o mais indicado, uma vez que é mais fácil compreender um fenômeno se analisado em seu contexto próprio, buscando estudar os fatos a partir dos envolvidos diretamente no caso, sem fazer julgamentos ou interferências. A referida abordagem preocupa-se com a realidade que não pode ser quantificada, mas que deve ser compreendida pelo pesquisador:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem a provas de fato, pois os dados analisados são não métricos, (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT, 2009, p. 31).

A pesquisa preocupou-se em ouvir os sujeitos entrevistados sem fazer interferências, buscando compreender a realidade por trás das informações obtidas assim como o interpretar a respostas, sendo uma pesquisa de cunho descritível, pois:

Pesquisa descritiva é aquela que analisa, observa, registra e correlaciona aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los. Os fenômenos humanos ou naturais são investigados sem a interferência do pesquisador que apenas “procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 55 *apud* HEERDT; LEONEL, 2007, p. 64).

Para compreender como se deu o funcionamento do Programa Mais educação e se dá atualmente o Novo Mais Educação nas escolas do município de Mãe do Rio e os impactos na escolarização dos alunos, assim como identificar os avanços e as dificuldades encontradas nesta implantação será utilizado o estudo de caso, pois o estudo de caso segundo Yin (2001) “[...] é uma investigação empírica, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real [...]” (p. 27).

Para a coleta de dados e informações utilizou-se da entrevista estruturada, pois se mostrou mais adequada por ser uma técnica de investigação que permite a coleta de informações através de perguntas abertas e fechadas, visto que além de responder as perguntas, é possível compreender o que os sujeitos da pesquisa falam do tema em questão, uma vez que:

As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente. Um dificultador das perguntas abertas é também encontrado no fato de haver liberdade de escrita: o informante terá que ter habilidade de escrita, de formatação e de construção do raciocínio. Já as perguntas fechadas trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas. Têm como aspecto negativo a limitação

das possibilidades de respostas, restringindo, pois, as possibilidades de manifestação do interrogado. (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p. 262).

A entrevista feita com esses profissionais busca responder questões sobre de que forma foi e continua sendo desenvolvidas as políticas públicas de educação em tempo integral através dos Programas Mais Educação e novo Mais Educação, fazendo uma análise da realidade das escolas da rede municipal de Mãe de Rio com relação à implementação dos programas, assim como ouvir as considerações dos profissionais responsáveis pelos programas nas escolas acerca das transformações decorrentes dessa implementação.

O presente trabalho possui quatro seções, sendo a primeira seção de introdução, a segunda é a seção teórica, a terceira seção é de campo, e a quarta e última seção é a conclusão. A primeira seção trás o objetivo geral e os objetivos específicos pretendidos, a problemática da pesquisa e a justificativa pessoal pelo objeto de investigação, apresenta ainda a metodologia empregada no desenvolvimento da referida pesquisa e ressalta a relevância do tema para o campo educacional.

A segunda seção é a fundamentação teórica que está subdividida em quatro subseções. A primeira subseção faz um apanhado histórico sobre a educação em tempo integral no Brasil, apresentando as primeiras medidas e ideias que surgiram no cenário educacional brasileiro. A segunda subseção apresenta as concepções de educação integral/em tempo integral defendida por importantes autores como Paro (1988), Cavaliere (2010), entre outros, assim como retratam as principais ideias no que tange a educação integral e em tempo integral, defendidas por Anísio Teixeira. A terceira subseção vem tratar das políticas públicas de educação em tempo integral, apresentando os principais programas para a área da educação básica nacional. A quarta subseção dedica-se a relação entre políticas públicas de educação em tempo integral e a busca pela qualidade educacional através da execução dos mencionados programas.

A terceira seção trata sobre a pesquisa de campo realizada no município de Mãe do Rio- PA, que consistiu em uma entrevista com coordenadores pedagógicos responsáveis pelos programas de educação em tempo integral na rede municipal de ensino, a mesma se subdivide em quatro subseções. A primeira traz a análise da entrevista com os referidos profissionais acerca do processo de implementação dos programas Mais Educação e Novo Mais Educação nas escolas. A segunda subseção versa sobre os avanços educacionais que foram possíveis mediante a realização das atividades dos programas supracitados. A terceira destaca e analisa as principais dificuldades enfrentadas pelas escolas para desenvolver os referidos programas

com qualidade. A quarta subseção aborda as perspectivas acerca das políticas públicas de educação em tempo integral a partir da visão que os coordenadores pedagógicos têm sobre o Novo Mais Educação.

A quarta subseção é a conclusão, a mesma está voltada para a síntese das ideias apresentadas no corpo do trabalho assim como da pesquisa realizada, apresentando considerações acerca do objeto de estudo.

Acreditando na relevância da discussão do tema, e diante dos aprendizados adquiridos ao decorrer do curso de pedagogia, buscarei através desta pesquisa evidenciar algumas análises acerca das políticas públicas de educação integral e em tempo integral através do funcionamento dos programas Mais educação e do Novo Mais Educação buscando identificar seus avanços, suas dificuldades e suas perspectivas. A fala dos coordenadores pedagógicos responsáveis pelos mesmos nas escolas do município de Mãe do Rio possibilitou analisar a forma como tais profissionais coordenam as diversas ações que os programas englobam e como percebem as implicações dos mesmos nas escolas.

Neste sentido, este estudo contribui ainda para a conscientização tanto das escolas, dos profissionais da educação e da secretaria de educação sobre a importância e a valorização da implantação do programa de forma efetiva, buscando analisar as possibilidades e os benefícios das políticas públicas de educação em tempo integral tanto para as instituições de ensino como para o desenvolvimento dos alunos em um todo.

2. EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

Esta seção faz um resgate histórico sobre a educação integral em tempo integral no Brasil, discutindo as principais concepções teórico-conceituais, a sua relação com a criação e implantação de programas voltados a atenderem as políticas de educação integral e em tempo integral no cenário escolar brasileiro, desta forma, a seção está dividida em quatro subseções. A primeira subseção vem tratar do histórico da temática no cenário escolar brasileiro apresentando as principais manifestações e experiências que ocorreram ao longo da história.

A segunda subseção apresenta as concepções de educação integral em tempo integral que houve no país, apontando as diferenças entre uma e outra, a terceira subseção traz uma análise sobre as políticas públicas de educação integral em tempo integral no Brasil a partir do século XXI, apresentando as principais medidas tomadas pelo governo federal para atender as finalidades das políticas educacionais. A quarta subseção vem tratar sobre a busca da qualidade educacional por meio das políticas públicas de educação integral em tempo integral, fazendo uma crítica às mudanças que houve neste cenário.

2.1 BREVE HISTÓRICO

Atualmente quando se fala em educação integral e em tempo integral nas escolas públicas brasileira parece algo novo, porém é uma experiência que já vem se desenvolvendo desde a antiguidade, e que ao longo dos anos foi ganhando corpo e perspectivas distintas. Desde a antiguidade já se pensava em uma educação que trabalhasse de forma integral a formação humana e esses conceitos vem se desenvolvendo desde então. No Brasil esses conceitos de educação integral e escola de tempo integral estão estritamente ligados e suas manifestações são observadas a partir do século XX, mais precisamente da década de 1920, em que se começava a pensar a experiência do Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Escola Parque), posteriormente implantado no estado da Bahia.

Com base nos estudos de Nunes (2009), antecedendo o surgimento das primeiras experiências de educação integral em tempo integral no Brasil, a realidade do cenário educacional era baseada na educação como privilégio de poucos, dos que tinham maior capital, as camadas populares não tinha acesso, anteriormente na década de 20, o que se surgiu foi uma tentativa de educação às camadas populares reduzindo a jornada escolar e

sendo considerada em seu primeiro nível uma educação mínima, preparando para o nível de escolaridade seguinte, a educação vocacional e técnica direcionada ao mercado de trabalho, foram criados também os turnos escolares, que tiveram impactos tanto no tempo escolar quanto na formação dos professores, pois:

A escola primária deixou de ser a escola da classe média. Tornou-se escola de alfabetização. Seu professor, proveniente da classe média, continuou a ser formado nas escolas normais, que não alteraram seus processos de ensino, preparando-o para uma escola primária de estudos gerais, semi-acadêmicos, ou seja, para uma antiga escola primária que estava desaparecendo. O resultado não se fez esperar. Criou-se um impasse. A escola primária não se tornou uma escola de educação de base nem conservou a sua antiga eficácia de escola preparatória ao acesso às escolas vocacionais do nível médio. Ela continuou sendo uma escola preparatória, agora ao exame de admissão às escolas médias e secundárias, transformando-se numa espécie de catálogo de conhecimentos para o exame de admissão, reprovando em massa seus estudantes ou provocando sua evasão. Em simples palavras, a escola primária não estava cumprindo objetivos populares nem se constituía numa boa escola preparatória (NUNES, 2009, p. 122-123).

Anísio Teixeira acreditava que a educação dada nas escolas às crianças de classes populares não poderia assemelhar-se com as que as crianças tinham em casa, ou simplesmente preencher o tempo vago com atividades ao acaso, esse tempo deveria proporcionar aos alunos desenvolvimento de várias dimensões e não somente conteudistas, desta forma seria preciso reinventar essa escola, assim como o currículo e os docentes, assim:

Diante dessa análise da situação, Anísio Teixeira criou o programa de educação para todos ou programa de educação elementar, fazendo, o que, na sua visão, deveria ter sido feito desde o início do processo de democratização: manter e não reduzir o número de séries escolares; prolongar e não reduzir o dia letivo; enriquecer o programa com atividades educativas, independentes do ensino propriamente intelectual; preparar um novo professor para funções mais amplas da escola (NUNES, 2009, p. 123).

Ainda segundo Nunes (2009), o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que inicialmente era chamado de Centro de educação Popular, era dividido em quatro prédios-escolas, o de maior notoriedade era conhecido por escola parque que se sobressaía aos demais pela arquitetura e pela dimensão pedagógica. O referido centro foi o propulsor de um ensaio de alfabetização às classes mais pobres, porém para consolidar-se era necessário o aporte financeiro por parte dos governos, uma vez que Teixeira acreditava que não havia como produzir educação de qualidade sem investimento em material, espaço qualificação profissional e tempo apropriado. Com isto, Teixeira era visto como um sonhador, e mesmo diante das críticas sofridas na época pela postura que tinha, lutava pela criação de outros centros em áreas de extrema pobreza, defendendo uma escola primária de qualidade a todos independente da classe social.

É neste cenário de lutas e conquistas que se dá o primeiro ensaio de uma educação integral em tempo integral, que defendia a permanência do aluno por mais tempo no ambiente escolar para que além do tempo disponibilizado para trabalhar os conteúdos, fossem trabalhadas as dimensões necessárias para o desenvolvimento pleno do sujeito, e o mais relevante dessa conquista está no fato de atender alunos de camadas populares marginalizados e sem as mínimas condições dignas de viver.

No Centro Educacional Carneiro Ribeiro, pensado desde a década de 20, e efetiva na década de 50, tinha seu atendimento organizado da seguinte forma:

Na descrição de Terezinha Eboli, em seu livro *Uma experiência de educação integral* (1983), as Escolas-Classe tinham 12 salas de aula cada uma, áreas cobertas, gabinetes médico e dentário, instalações para administração, jardins, hortas e áreas livres. Nelas os alunos permaneciam quatro horas aprendendo Linguagem, Aritmética, Ciências e Estudos Sociais. Após o horário de classe, os alunos da manhã encaminhavam-se para a Escola Parque (e os que passaram a manhã nesta, iam para as classes) onde permaneciam mais quatro horas, completando seu tempo integral de educação com as atividades dos diversos setores. A diretoria, vice-diretoria, professores e serventes destas escolas eram designados e mantidos pelo Estado, e logo no período da instalação do centro recebiam gratificação do Inep (NUNES, 2009, p. 125).

Por anos, o Centro foi tido como referência de qualidade de educação primária no Brasil, por oferecer acesso a várias atividades, por trabalhar as potencialidades dos alunos e por trazer uma nova estrutura pedagógica e organizacional à escola, uma vez que segundo Nunes (2009) O centro educacional pretendia “[...] Integrar os alunos na comunidade escolar; torná-los conscientes dos seus direitos e deveres e desenvolver com eles atitudes de autonomia, iniciativa, responsabilidade, cooperação, honestidade, respeito por si mesmo e pelos outros (p. 127)”.

Foram inúmeros os conflitos para fazer com que o Centro Educacional vigorasse, pois como é de conhecimento público, quando se muda de gestão independente do nível, há mudanças significativas em todas as instâncias, e não é diferente com a educação, manter o Centro e as ações desenvolvidas no mesmo requeria um alto custo tanto financeiro como profissional, e acabava sendo um fardo pesado de carregar pela administração pública.

Anísio Teixeira assume papel relevante frente à continuação e sucesso do Centro Educacional, então Secretário de Educação e cultura, buscou e investiu muito nele, uma vez que tinha uma visão de educação muito à frente de seu tempo, uma educação igualitária e universalizada, e para tanto investiu o que para época eram valores excessivos para a área,

porém apenas o Centro Educacional Carneiro Ribeiro vigou. Quanto ao Centro, com base na leitura de Ribeiro (2017):

[...] o projeto educacional desenvolvido no Centro Educacional Carneiro Ribeiro representou uma perspectiva diferente de educação, de escola, de currículo, de tempo escolar e formação de professores. Trata-se de um modelo de escola que atende não somente a sociedade urbana e industrial nascente, mas que atende, também, a uma concepção de sociedade, a democracia, nos moldes Liberais, onde a educação deveria ser um direito de todos, independente da classe social, concretamente vislumbrada por meio da escola “comum”, em contraposição ao dualismo escolar público brasileiro (p. 46)

Não era possível oferecer uma educação de qualidade que trabalhasse as diversas dimensões humanas, sem que houvesse mudanças na antiga estrutura escolar, essa nova configuração escolar requeria um novo profissional e um novo currículo, pautado na ressignificação do conceito de educação, que fosse capaz de concretizar as finalidades de uma educação integral.

O Centro educacional foi responsável por impulsionar diversos outros projetos que defendiam a mesma política educacional, como os Ginásios Vocacionais, o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP's) e o Centro de Atenção a Criança e ao Adolescente (CIACS), que eram implantados em diferentes estados entre as décadas de 1960 a 1990, porém o que acontecia era mais uma espécie de assistência por parte do governo, que se distanciava das reais intencionalidade educacionais do centro na tentativa de implementar uma educação integral, pois segundo Nunes (2009) destaca que:

O que distingue a proposta de Anísio Teixeira de outras propostas anteriores e/ou posteriores é sua concepção de que a educação é um direito civil que está na base da autonomia de sujeitos históricos individuais e coletivos. Não parte ele do suposto da carência do povo[...].”(p. 130-131).

É interessante notar que o Centro educacional Carneiro Ribeiro era tido como um ensaio de educação, que se permitia olhar o passado e visar o futuro, é nesta perspectivava que se iniciou o processo de universalização da escola pública no século passado, onde já não era suficiente disponibilizar vagas, passando a ser necessário oferecer qualidade educacional aos que na escola ingressavam. Diante disto, foram várias as políticas educacionais direcionadas a qualidade de ensino, onde através do movimento Escolanovista e de Anísio Teixeira ganhava força a idealização de educação em tempo integral, decorrente da nova configuração da sociedade, que necessitava de uma nova remodelagem da escola, que antes de poucos agora passava a ser de todos, pois:

O nome de Anísio Teixeira como um aporte da história da educação para olhar políticas educacionais que objetivem a escolarização em tempo integral vem de sua estreita vinculação com os princípios do escolanovismo, sendo, inclusive, por sua

projeção histórica até os dias atuais, “... considerado o maior educador brasileiro participante do movimento renovador da educação nacional”. (Pinto, 1986, p. 89), além de ter sido Anísio o primeiro educador a discutir a possibilidade (e concretizar tal proposta) de escolas em turno integral para educar a população. (ESQUINSANI, S/D, p. 02).

Mesmo com todos os avanços, outras instituições de ensino com a proposta de educação em tempo integral não passaram de experiência ligadas ao governo, que quando acabava levava consigo as propostas. Outro fator que comprometia a eficácia deste modelo de educação estava no fato das instituições atenderem-se mais a expansão do tempo da criança na escola do que na qualificação deste tempo extra, desta forma para se ter sucesso, a proposta de educação integral tem que sobressair-se a uma mera experiência passando a adquirir título de política educacional que efetive sua verdadeira finalidade.

É importante ressaltar que mesmo não usando o termo educação integral Anísio Teixeira tinha seus ideais voltados para integrar as diversas dimensões humanas, e diferentemente dos integralistas acreditava que o modelo de educação que defendia não era capaz de suprir todas as necessidades educacionais mais que era o início para um fim desejado. Anísio Teixeira qualificou-se nos EUA e teve influência significativa de John Dewey em sua formação, lhe oferecendo bases para um projeto de reforma da educação brasileira. Nesta época, segundo Cavaliere (2010) já havia uma reforma em andamento no sistema educacional da Bahia, a Lei nº 1.846/1925, trata em seu artigo primeiro que “o ensino público no Estado da Bahia tem por objetivo educar *physica*, moral e intelectualmente o indivíduo, tornando-o apta para a vida em sociedade” (BAHIA, 1925, p.01).

A partir destas reformas que surgiram no início do século XX, as políticas educacionais de ampliação da escolarização foram maior difundidas, abrindo espaço para a escolarização das massas populares, pois mediante o aumento da urbanização e da industrialização era necessário uma transformação da educação, no mesmo tempo em que eram dados os primeiros passos em direção à transformação e a valorização da educação, surgiram ambiguidades no cenário das correntes liberais,

[...] resultavam da coexistência contraditória entre (a) uma visão radicalmente liberal e um liberalismo elitista, ainda “curativo” e “domesticador” das classes populares; entre (b) a escola com funções formativas e culturais ampliadas e a escola meramente alfabetizadora; e entre (c) a busca da qualidade na educação e a urgência da expansão, isto é, a urgência do crescimento quantitativo dos sistemas escolares. (CAVALIERE, 2010, p. 251).

Mediante a estas ambiguidades é possível identificar o caminho percorrido pela educação integral no cenário educacional brasileiro, onde era defendendo uma ampliação da concepção de escola, fato que até hoje está presente nos objetivos das políticas educacionais.

As ideias revolucionárias de Anísio Teixeira são fortemente influenciadas pelo americanismo de Dewey uma vez que:

Ao trazer, diretamente para o campo da educação, de forma sistemática, a filosofia pragmatista americana, Anísio Teixeira introduziu um elemento perturbador naquela lógica. O conceito deweyano da educação (Cunha, 1994) como um processo contínuo de crescimento e desenvolvimento, tendo como finalidade a maior capacidade de crescimento e desenvolvimento, não admitia a visão curativa moralizadora: não supunha um modelo já pronto a ser alcançado. Essa concepção de educação como vida e descoberta, e não como preparação ou conserto, impôs novas maneiras de organização cotidiana da experiência escolar e criou a necessidade de sua diversificação e ampliação. (CAVALIERE, 2010, p. 251-252).

Essa ampliação segundo a autora estava diretamente ligado ao ensino da leitura e da escrita, na tentativa de educar em massa a população brasileira na época, assim, houve na década de 20 uma reforma no estado de São Paulo que além de reduzir o tempo primário de quatro para dois anos escola, reduzia o tempo pela metade fazendo com que muitos intelectuais da época considerassem um retrocesso na história educacional.

Foi entre as décadas de 1920 a 1930 que a concepção de educação integral ganhou mais notoriedade no cenário educacional, a partir daí, Anísio Teixeira volta a assumir cargo na área da educação e tem como ideais o combate à evasão escolar e ao fortalecimento da qualidade educacional. Anísio Teixeira acreditava fortemente no poder transformador que a escola e a educação tinham no desenvolvimento das potencialidades humanas, por isso, investiu massivamente no ideal de fortalecimento das escolas e do conceito de educação integral, de qualidade e para todos, daí a relevância de suas obras para o desenvolvimento da educação integral no cenário histórico brasileiro.

Segundo Cavaliere (2010) as reformas da década de 20 repercutiram no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, no qual a palavra educação integral acha-se em três momentos, onde:

A ideia de educação integral presente no documento é a do direito do indivíduo a uma educação pública que alcance diversas dimensões de sua formação. Afirma o “direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral” e defende a necessidade de a escola aparelhar-se de forma a “alargar os limites e o raio de ação”. O texto utiliza ainda a expressão “formação integral das novas gerações”. (CAVALIERE, 2010, p. 252-253).

Segundo o texto de Cavaliere (2010) é possível compreender que nesse contexto havia a preocupação entre expandir a educação e garantir a qualidade, havendo o embate entre oferecer uma educação de qualidade para poucos ou reduzir a jornada de escolar perdendo qualidade, mas alcançando um número muito maior, neste sentido, as reformas na década de

20 tinham pontos comuns relacionados à ampliação da escolarização primária e do tempo escolar, uma vez que:

Seus projetos previam a reformulação dos programas, tornando-os mais diversificados, criando atividades extracurriculares e para escolares e fazendo surgir uma nova concepção de educação escolar primária com grande responsabilidade social e grande amplitude de ação. A realização concreta das propostas teóricas e normativas, entretanto, ficou muito aquém das pretensões dos reformadores, gerando mudanças ainda bastante limitadas no sistema educacional. (CAVALIERE, 2010, p. 253).

No manifesto o desenvolvimento de uma educação integral ao indivíduo liga-se as fases da vida, que vai desde a escola infantil até a maturidade com a Universidade, onde a educação seria trabalhada de forma integral e onde a escola seria responsável por trabalhar continuamente e envolver a família e a comunidade:

No manifesto, a escola é descrita como um organismo vivo, uma micro comunidade inserida dentro de uma comunidade mais ampla, a qual lhe influencia e é influenciada por ela. Por isso, o documento propõe que as escolas considerem o ambiente da comunidade como espaço de observação, experiência e construção de conhecimento. O documento admite ainda que a educação é dever do Estado, mas deve ser compartilhada com a família e a sociedade em geral. Critica a escola fechada em si, propondo uma maior integração entre escola, família, comunidade e sociedade em geral, buscando tornar a educação escolar viva e interessante ao aluno. (RIBEIRO, 2017, p. 41).

Já a partir da década de 1940, Anísio Teixeira, após anos fora do país, volta à Bahia no cargo de secretário de educação e saúde do Estado, mesmo após vários anos terem se passado, seus ideais ainda se pautavam no que foi defendido por ele na década de 30, como podemos ver seus ideais de educação reproduzidos na obra “Educação não é privilégio” de 1953 onde:

Defende a escola “pública” ou escola “comum” que se liga ao trabalho, à prática e à ciência que informa essa prática. É na caracterização de uma escola que deixa de ser da elite, na busca de uma nova política educacional que leve qualidade para a escola primária, que ele retoma e desenvolve sua concepção de educação escolar ampliada e defende o horário integral. (CAVALIERE, 2010, p. 255).

Desta forma, Cavaliere (2010) entende que:

Segundo o autor, para uma educação primária efetivamente pública, seria necessário (a) manter e não reduzir o número de séries escolares; (b) prolongar e não reduzir o ano letivo; (c) enriquecer o programa com atividades educativas, independentes do ensino propriamente intelectual; (d) preparar um novo professor para as funções mais amplas da escola. (CAVALIERE, 2010, p. 256).

A vista de todas essas necessidades, Anísio Teixeira compreendia a urgência na modificação da estrutura física, da formação docente e principalmente do estabelecimento de um novo currículo voltado para a nova configuração da escola. Essa nova escola era mais do que educar, ela prepararia para a vida social, desta forma já não era possível atender aos seus ideais sem tais reformulações, tais medidas concretizaram-se em partes na década de 50 com a

fundação do Centro Carneiro Ribeiro. Havia críticas por parte da oposição, onde relacionavam os altos custos para manter o centro e a educação em condições precárias que ainda se dava em várias escolas do estado os ideais de Anísio Teixeira era criar outras escolas com os mesmo padrões do Centro, oferecendo assim uma educação igualitária e de qualidade a todos, mas as propostas de outro centro não vingaram.

Anísio Teixeira ainda teve participação fundamental no Plano Nacional de Educação de 1961, segundo Cavaliere (2010), suas contribuições concebiam um conjunto de características que os municípios, estados e distrito deveriam elencar tais como:

a) um Centro de Educação em cada vilarejo de menos de 500 habitantes, compreendendo a escola primária (...); b) uma escola primária, organizada por séries em todas as localidades de mais de 500 até 1000 habitantes (...); c) escola primária de seis séries em todas as localidades de mais de 1000 até 2000 habitantes (...); d) centros Educacionais com escolas primárias de seis séries, escolas-parque e ginásio em todas as cidades de mais de 2000 até 5000 habitantes; e) escolas primárias de seis séries, escolas-parque, ginásios e colégios em todas as cidades de mais de 5000 habitantes; f) sistemas escolares completos em todas as capitais. (Teixeira, 1994, p. 151 *apud* CAVALIERE, 2010, p. 257).

Assim, Anísio Teixeira retoma com os ideais de educação integral e na década de 60, o que foi desenvolvido no estado da Bahia influenciou o sistema de educacional de Brasília e prometendo ser um referencial nacional de modelo a ser seguido. Em suas obras são vários os momentos em que claramente o autor defende uma educação integral, essa defesa encontra-se ancorada no fato de conceber a educação como a própria vida do sujeito e não um mera preparação, assim Cavaliere (2010) destaca que “a concepção de educação integral de Anísio aprofundou-se com base no pragmatismo, na compreensão de que o homem se forma e desenvolve na ação, no fazer-se, e não por algum movimento exógeno de aprendizagem formal” (CAVALIERE, 2010, p. 258).

A educação para Anísio Teixeira era a própria vida do sujeito, e desta forma seu currículo escolar deveria ser diferenciado, atendendo a novas necessidades que a escola tinha frente sua configuração de instituição responsável por múltiplas funções:

[...] a educação pensada por Teixeira tinha por base um currículo de formação que podemos qualificar de completo para a época em que foi pensado, abrangia as varias áreas do conhecimento científico como leitura, escrita, matemática, física, e ciências sociais; educação profissionalizante ou para o trabalho, visto a partir das artes industriais; cultura e artes expressas nos componentes desenho, música e dança; educação corporal, por meio da educação física; dimensão social garantida por meio de atividades relacionadas a saúde alimentação da criança e uma dimensão ética e moral pensada a partir da defesa de que a escola deve formar hábitos, costumes, atitudes e comportamentos à vida em sociedade. (RIBEIRO, 2017, p. 44).

Já na década de 1960, foi criado o Centro Educacional Elementar, no distrito federal, “fruto dos ideais de governo do presidente Juscelino Kubistchek, sua construção se deu no

âmbito do Plano de Construção Escolares para Brasília, elaborado por Anísio Teixeira, quando diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)...]” (RIBEIRO, 2017, p. 47) que deveria ser um modelo de educação para todo o país, que tinha uma estrutura pensada semelhante a do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, tanto pela parte de estrutura física, de material, de currículo, como formação docente e principalmente pela proposta de integrar dimensões artísticas, culturais e físicas.

Outra experiência relevante sobre as experiências de educação integral em tempo integral na década de 1960 segundo Ribeiro (2017) foi aos Ginásios Vocacionais no Estado de São Paulo que tiveram influência de Dewey e dos ideais Escolanovistas, destinada a alunos da educação secundária que contavam com quatro anos de ginásio e três anos de colegial. Seu currículo era voltado para integral à comunidade à escola, onde por meio de projetos buscavam oferecer um pouco do aprendizado adquirido aqueles que residiam nas proximidades da instituição de ensino. Sobre o currículo, Ribeiro (2017) aponta que:

O currículo era concebido como o conjunto das experiências educacionais propostas pela escola, visando alcançar os objetivos. O eixo central do trabalho pedagógico, em torno do qual gravitavam as atividades curriculares, era sintetizado pelo princípio “O homem, um ser social, situado num determinado tempo e espaço, agente transformador da sociedade e construtor da história”. O currículo era organizado e obedecia a lógica dos currículos concêntricos, começando na primeira série, pelo mais próximo, escola/cidade, alargando-se nas séries seguintes com conteúdos e conceitos mais amplos e profundos, referentes ao estado, país e mundo respectivamente. (p. 49).

Mediante a isto, o trabalho pedagógico preocupava-se a em integrar as várias áreas do conhecimento, assim como aproximar o trabalho desenvolvido nos Ginásios à comunidade a sua volta, trazendo temas a serem problematizados e trabalhados ao longo de um bimestre, “Como podemos constatar, o método de ensino e aprendizagem refletia a pedagogia de Dewey, a qual recomenda o uso da pesquisa, da observação e experimentação no meio social e comunitário (RIBEIRO, 2017, p. 50)” oportunizando uma aprendizagem mais integralizada com as vivências da comunidade e dos alunos.

Com base nas colocações de Ribeiro (2017), como os demais projetos de escola integral até esta época, este também não obteve sucesso, criado na época da ditadura militar, considerava-se que o investimento não valia o retorno obtido, além de que não era interessante educar pessoas críticas, pois ia contra os objetivos do estado e da então ditadura, contudo, muitos dos métodos e conceitos que as escolas trabalham atualmente são resultado dos Ginásios vocacionais.

Apesar de toda a contribuição de Anísio Teixeira à transformação da educação, na década de 60 ele foi afastado de sua posição política, fazendo com que os ideais de educação integral fossem esquecidos pelas duas décadas seguintes. Já na década de oitenta é criado o programa do CIEPs – Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro, concebido pelo então secretário de educação e governar Darcy Ribeiro e que tem suas bases ancoradas na proposta de educação integral defendida por Teixeira na década de sessenta, porém, ainda que se espelhasse no pensamento de Anísio Teixeira havia lacunas significativas que distanciavam a proposta do CIEP's dos ideais defendidos pelo autor.

Neste novo cenário se dá visibilidade à proposta dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's) no Rio de Janeiro que tem seus ideais ligados a uma educação integral de qualidade para o primeiro grau, ou o que se considera atualmente, o ensino fundamental, porém o que acontece é que as propostas tendem a ancorar-se em viés político, distanciando de reais interesses, como o de oferecer qualidade educação a toda à população e acaba por fundamentar-se mais propriamente na extensão do tempo na escola o que a qualificação deste tempo, considerando escola de tempo integral ao invés educação integral. Assim torna-se relevante apresentar a trajetória que a educação integral percorreu até chegar ao conceito que é difundida atualmente, passando pelas contradições e desafios ao longo do caminho percorrido, assim como os avanços educacionais proporcionados por ela até os dias de hoje.

Com base nos estudos realizados, na década de 1987 é criado o (PEE) Plano Especial de Educação que tinha objetivos claros, os de fazer com que o aluno aprendesse ler, escrever e contar, para isso era necessário inúmeras ações a serem desenvolvidas, dentre elas a criação dos CIEP's, em localidades mais carentes que abrangia o 1º grau de escolarização e trazia oportunidade da prática de esporte, cultura, arte entre outras, além de refeições diárias, e apoio médico-odontológico, distribuição de material didático e apoio as famílias.

Acreditava-se que esses eram os principais motivos da evasão escolar e da dificuldade de aprendizagem, sendo assim, considerado oficialmente como a primeira escola de tempo integral no Brasil, sem levar em conta a experiência anterior de Anísio Teixeira com a Escola Parque na década de cinquenta.

Os CIEP's eram criados em regiões pobres, onde os populares tinham trabalhos humildes, muitos desempregados, outros sem renda mensal fixa, as mulheres na grande maioria eram empregadas domésticas, diaristas ou donas de casa, as crianças desde muito novas já trabalhavam para ajudar no sustento da família que geralmente era composta por

grande número de filhos, em sua maior parte famílias desestruturadas. O índice de marginalidade e violência era muito grande por conta desta realidade de pobreza, assim as escolas relacionavam a situação de vida das crianças, a criminalidade e a violência a esse ambiente problemático, Paro em sua obra *Escola de Tempo Integral: Desafios Para o Ensino público*, de 1988, que aponta:

Esta ligação Pobreza-marginalidade além de não ser sempre verdadeira, é mistificadora da realidade e tende a influenciar de forma negativa a atitude da escola para com sua clientela, comprometendo o desempenho dos alunos. [...] Tal análise tende a homogeneizar todo um seguimento da população, atribuindo-lhe características essencialmente negativas e até mesmo pejorativas (PARO *ET AL*, 1988, p. 23).

É como se o pobre da favela seria marginal por que as suas condições de vida lhe trouxeram até ali, e que mesmo saindo desse espaço, as marcas da pobreza ainda estariam presentes consigo, não sendo possível se libertar desse estereótipo que ao pobre estava associado. Havia muitos questionamentos acerca da postura CIEPs que muitas vezes poderia ter um caráter assistencialista, o fato dos CIEPs oferecer tais características residia na concepção de que crianças, cansadas, mal nutridas, com fome e doentes não conseguiriam se desenvolver no tempo esperado, para isso era necessário um conjunto de estrutura para garantir que a aprendizagem e o desenvolvimento deste aluno ocorressem.

Mais de 500 unidades do CIEPs foram criadas elas tinham estrutura semelhante as do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, e contavam com atendimento em tempo integral, oferecendo segundo Ribeiro (2017) estudos dirigidos, atividades artísticas, educação física, teleeducação e animadores culturais. Atendiam na maioria, alunos da primeira a quarta série e, alguns poucos da quinta à oitava série, visando oferecer qualidade à educação do estado através da assistência escolar, defendendo um período de permanência integral na escola, onde a criança teria atendimento médico, alimentação e uma educação de qualidade assim como acesso a cultura, arte, esporte, entre outras modalidades.

Mesmo havendo semelhanças entre o projeto do CIEPs e Darcy Ribeiro e o Centro, de Anísio Teixeira, havia uma diferença relevante:

[...] Enquanto Anísio Teixeira pensou em um espaço escolar bipartido -escolas-classe e escolas- parque- para agregar as atividades que compunham sua concepção de formação completa, Darcy Ribeiro, nos Cieps, procurou congrega-las no mesmo espaço, situação que promove maior interação entre as atividades educativas desenvolvidas pela escola, bem como possibilita entende-las – todas – como componentes curriculares inerentes essa formação do aluno nesse *espaço escola* (COELHO, 2009a, p. 92 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 53)

Dentre várias críticas ao projeto dos CIEPs, a de que sua estrutura física se sobrepunha à pedagógica e o caráter assistencialista foi o mais difundido, e diante da dimensão financeira, o projeto do CIEPs não teve continuidade.

Outro projeto a ser citado no histórico da educação integral o Brasil é o Programa de Formação Integral a Criança (PROFIC), desenvolvido em São Paulo em 1986, que envolveu diversos setores na busca por uma educação integral de qualidade e em tempo integral. Com a finalidade de suprir a necessidade de melhoria da educação primária, vários fatores interferiam nesta qualidade, tais como a formação docente insuficiente, as precárias condições da escola e até mesmo a situação que os alunos vivenciavam fora das escolas, como condição familiar, de saúde, e de marginalização em que estavam envolvidas ou presenciavam constantemente. Segundo Ribeiro (2017), o PROFIC buscava amenizar as situações problemas e proporcionar assistência, acolhimento proteção e educação aos alunos vindos das camadas mais pobres.

O PROFIC almejou transformar a escola enquanto espaço instrução, volta à alfabetização, em espaço de formação e atenção integral a criança, ao mesmo tempo, o que supõem ampliação das funções educativas e curriculares, exigindo assim, a ampliação do tempo de permanência da criança na escola e a integração das atividades da rede de pré-escolas com outras entidades públicas e privadas no sentido de garantir o que está sendo proposto (RIBEIRO, 2017, p. 56)

Desta forma, os objetivos do PROFIC estavam direcionados mais propriamente à políticas e assistencialismo as crianças oriundas das camadas populares, que de garantir qualidade educacional através de um currículo rico pedagogicamente, uma que era grande os índices de marginalização, abandono infantil, e de pobreza extrema nesta época. Porém teve que lidar com a negação de construção de prédios e de apoio por parte do governo:

Assim, seu fracasso ocorre, sobretudo, devido à falta de apoio financeiro do governo estadual às prefeituras, bem como devido à resistência do professorado por conta, dentre outros fatores, do caráter assistencialista do programa e pela falta de clareza e definição das atividades curriculares a serem desenvolvidas no contraturno escolar. (RIBEIRO, 2017, p. 57).

Em 1990, o Centro Integrado de Atenção à Criança e ao adolescente (CIAC), se destacou por ser mais uma proposta de educação integral em tempo integral seguindo os objetivos dos CIEPs, assim o CIAC fazia parte do “programa minha gente”, que segundo Ribeiro (2017):

[...] Almejava promover a atenção à criança e ao adolescente por meio de atividades integradas, em tempo integral, em todo o país. As ações correspondiam à educação infantil e fundamental, programas de assistência à saúde, lazer e iniciação ao trabalho, entre outras. O projeto foi concebido como resposta à problemática social da criança e do adolescente brasileiro, marcado pela violência urbana, trabalho infantil, abandono e pouco tempo de permanência na escola, bem como para

responder aos compromissos assumidos em fóruns mundiais onde a questão da infância era pautada e as cobranças do Banco mundial que, por ocasião dos empréstimos feitos ao país, exigia que se investisse no campo social. (p.57).

Com a mudança de coordenação o programa “Minha Gente” sofreu algumas mudanças como o nome que mudou para Programa Nacional De Atenção Integral A Criança E Ao Adolescente (PRONAICA) mudando também o nome das instituições e o programa se destinava de Centro Integrado de Atenção à Criança e ao adolescente (CIAC) para Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC). Apesar das mudanças nos nomes, as finalidades e o atendimento continuavam tendo o mesmo foco de educação de qualidade e de assistencialismo, proteção e cuidado com a criança e com o adolescente. Nessa perspectiva, o programa PRONAICA objetiva agir tanto com o aluno como com a família e a comunidade, sendo uma proposta que apresentaria vários subprogramas:

Os CAICs, semelhantes ao que houve com os CIEPs, não conseguiram seguir adiante com seus projetos, pois necessitava de uma estrutura financeira que os estados e municípios não dispunham e apesar de terem uma proposta considerada inovadora ainda demonstrava se segundo Ribeiro (2017) “burocrático e setorizado”, e estava mais voltado para integrar ações em prol do bem estar social das crianças que proporcionar uma educação integral propriamente dita, se distanciando de seus objetivos reais, e tornando-se um projeto de base mais assistencialista do que educacional integral.

Assim até o fim do século XX foram várias as experiências de educação integral em tempo integral que houveram no Brasil, cada uma trouxe contribuições importantes ao cenário educacional do País, além das experiências citadas, diversos outros estados seguiram nessa perspectiva, tais experiências apesar de não terem tido continuidade por diversos fatores, muitas vezes comum entre quase todos os programas e projetos, impactaram significativamente na sociedade e na forma de organizar o tempo e o currículo escolar brasileiro e principalmente nas funções da escola pública brasileira.

2.2 CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

No início do século do século XX, no cenário educacional brasileiro se destacavam algumas correntes políticas-ideológicas que concebiam a educação integral com diferentes significados, algumas delas ganham destaque nos textos de Cavaliere (2010) ao apontar que,

de um lado estava a corrente elitista que se revestia no sentido de aumento do controle social e do outro estava as correntes liberais que tomavam como uma ampliação dos deveres da escola e da ressignificação do direito educacional de todos. Os integralistas formavam sujeitos para obedecerem às regras e seguir a moral familiar e religiosa, adequando-se ao estado, o rigor e o sofrimento eram bases para cumprir seus ideais, nesta perspectiva, Cavaliere (2010) aponta que:

A educação integral tinha, para Integralistas, o sentido básico de ação doutrinária, posto que entendiam formação como um processo de conversão a uma verdade já estabelecida. Em síntese, eram a concepção doutrinária e, dentro dela, a incorporação da dimensão religiosa à educação escolar as características específicas da educação integral, tal como a entendia o movimento Integralista. (p. 250).

Nesta perspectiva, a escola para os integralistas era uma extensão do lar, e como tal buscava integrar a formação do homem em uma educação física, intelectual, moral, religiosa e cívica, servindo aos interesses do Estado. E na contramão desta corrente, estavam os liberais, com seus ideais de educação revolucionários, que segundo Cavaliere (2010) eram:

[...] representadas pelos diversos movimentos de renovação da escola, que viam, na educação integral, o meio de propagação da mentalidade e das práticas democráticas. A proposta de educação integral esteve, portanto, presente em diferentes campos políticos e servindo a múltiplas orientações ideológicas. (p. 250).

Outra concepção de educação integral que se manifestou no país a partir da década de 20 foi a anarquista, que diferente dos integralistas que concebia a formação humana integral como a harmonia entre a religião, o ensino, o nacionalismo e a família, não apoiava a situação atual da época, onde educação era direito de poucos e principalmente dos que tinham maior capital financeiro:

Os anarquistas, representando um dos expoentes da corrente socialista, e contrários à situação política da época, questionavam a ordem social existente e almejavam a formação de outra, considerando a educação como uma estratégia importante neste processo de revolução social. Logo, defendiam o oferecimento de uma educação completa para a classe operária, a fim de que não existisse na sociedade uma classe que soubesse mais do que outra, e que por isso pudesse dominá-la e explorá-la. (PAIVA; AZEVEDO; COELHO, 2014, p. 49).

Para os anarquistas o modelo de educação integral deveria desenvolver um sujeito crítico e autônomo, independente de seu grau de escolaridade e do sexo e idade do aluno, a educação desenvolvida deveria preparar tanto para a vida social como para a vida do trabalho. Já para as correntes liberais as concepções de educação integral representada pelo movimento conhecido como Escola Nova, que visava o progresso e o desenvolvimento industrial, assim os métodos usados pelas escolas já não eram suficientes frente ao progresso que a sociedade visava, Paiva, Azevedo e Coelho (2014) destacam que:

Este movimento tinha como propósito superar a escola tradicional, ou seja, o modelo pedagógico pautado na rigidez e memorização dos conteúdos, propondo uma modificação das ideias e das práticas pedagógicas. A renovação em questão justificava-se diante das inúmeras transformações históricas, sociais e econômicas ocorridas entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, evidenciando, assim, a necessidade de outro modelo educativo que propiciasse formar o indivíduo para atuar na nova sociedade industrial. (p. 50).

Com relação às perspectivas e concepções de educação integral no Brasil, com base na leitura de Ribeiro (2017), pelo menos cinco concepções podem ser citadas, a primeira relaciona-se com a formação integral do ser humano, onde se necessitava de um desenvolvimento integral das dimensões e faculdades, onde a educação estaria voltada para formar um sujeito pleno e total, desta forma, o autor aponta que:

Nessa concepção de educação integral o foco do processo formativo é o ser humano, suas várias dimensões e o caráter integrador do trabalho pedagógico, de tal modo que a escolarização deve incidir na totalidade do ser, promovendo assim, o seu desenvolvimento pleno (RIBEIRO, 2017, p. 65).

Essa concepção também está ligada ao pensamento das correntes liberais, integralista e anarquistas uma vez que apesar de terem propósitos distintos, defendiam a ideia de formação integral do ser humano. A segunda perspectiva é sobre a articulação dos saberes a partir de projetos integrados, que está voltada para a articulação dos saberes acadêmicos com as vivências dos alunos, o currículo nesta perspectiva ganha grande relevância, pois é responsável por articular os conhecimentos e saberes escolares com as experiências extraescolares:

Busca-se integrar no projeto pedagógico de educação integral os saberes do cotidiano familiar, do bairro ou comunidade local com os saberes escolares, acadêmicos, a serem trabalhados em projetos integrados na escola e fora desta, em espaços públicos ou privados, com possibilidades de aprendizagem. (RIBEIRO, 2017, p. 66)

Já a concepção de educação integral relacionada a tempo integral buscava através da ampliação do tempo escolar uma forma de assistencialismo aos alunos das camadas pobres da sociedade da época, e mesmo que tivessem caráter de desenvolvimento integral, estava voltada mais propriamente para a proteção e assistência social através da ampliação do tempo, pois acreditava que um único turno escolar seria insuficiente para o desenvolvimento das atividades educacionais, Ribeiro (2017, p. 67) destaca que:

A difícil realidade social, econômica e cultural das crianças em idade escolar, a crescente urbanização e industrialização da sociedade brasileira impõem à escola novas funções e desafios, de modo que o trabalho escolar em um turno, com poucas horas, seria insuficientes para dar conta de todas as necessidades demandadas pelos estudantes. A ampliação do tempo escolar surge, então, nesse contexto, como possibilidade de dar a escola, meios de executar uma proposta político-pedagógica

comprometida, não somente com os aspectos educacionais, mas, sobretudo, com a dimensão socioeducativa, protetora e assistencial.

Essa ampliação ocorre em razão disto, a ampliação do tempo escolar não se dá apenas pela busca da qualidade educacional, também está ligada diretamente com o caráter socioeducativo que a proposta de educação integral agrega, uma vez que oferecer maior tempo de permanência das crianças e adolescente no ambiente escolar é uma forma de assistir, proteger e cuidar.

Ainda segundo Ribeiro (2017), a quarta perspectiva de educação integral está relacionada à ampliação da aprendizagem e do tempo de estudo, ligado à parceria entre a escola e a comunidade, que viabilizaria diferentes oportunidades educativas de aprendizagens, onde a ampliação do tempo escolar relaciona-se com a aprendizagem nas suas diferentes dimensões, pois “acredita-se que a formação integral do ser humano se dê pelas diferentes experiências de aprendizagem que o ser social venha a realizar ao longo de sua vida estudantil na escola e nos espaços de convívio, além desta.” (Ribeiro 2017, p. 68).

Com relação à concepção de educação integral x inclusão social, esta perspectiva fundamenta-se na atenção, assistência e proteção social às crianças em situações de risco e de vulnerabilidade social, pois situações como: pobreza extrema, desnutrição e abandono afastam as crianças da escola, e para isso a escola precisaria suprir esta necessidade para então garantir a permanência dos alunos da escola assim como efetivar uma formação educacional integral aos mesmos, uma vez que:

Formar e proteger constitui, portanto, o duplo papel a ser viabilizado pelo currículo escolar nessa perspectiva de educação integral. Talvez por essa razão, as experiências de educação integral que priorizam essa dupla finalidade, tiveram também que ampliar o tempo escolar. (RIBEIRO, 2017, p. 69).

Com relação a isto, outro campo entra em discussão, é o campo do currículo, uma vez que não é suficiente ampliar o tempo de permanência da criança na escola sem oferecer uma nova abordagem curricular. Assim, diante da implementação de uma política de educação integral em tempo integral se faz necessária uma organização curricular que sustente as novas atividades pedagógicas e a nova função da escola, daí o ideal de um currículo integral e integrador. Da mesma forma que a educação integral em tempo integral busca desenvolver as múltiplas dimensões humana, o currículo desta é responsável por interligar os saberes e as dimensões humanas atendendo as finalidades de uma educação integral e contribuindo para integrar as várias áreas do saber assim como as diversas formas de conhecimento seja ele escolar ou não, Ribeiro (2017) destaca que:

A concretização dessa perspectiva de educação integral, entretanto, exige que a escola possa construir uma cultura baseada na educação integral, viabilizando, em seu projeto político pedagógico, os princípios dessa concepção educacional, de modo a orientar toda a organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico escolar. Uma proposta de educação integral em tempo integral, exige, portanto, uma abertura para pensar tempos, espaços e currículo(s) na perspectiva de atender a esse ideal de integralidade (p. 81).

Mediante a estas apresentações fica visível que a concepção de educação integral não tem um significado único, ela varia do tempo histórico, do espaço, das políticas públicas direcionadas as escolas e dos interesses da época, podendo fazer parte de um jogo de interesses políticos, que podem mudar conforme organização política vigente, e mesmo que mencione uma educação integral ao ser humano, suas perspectivas são variáveis. Para poder compreender a concepção de educação integral que a sociedade e as escolas brasileiras vivenciam atualmente, é necessário fazer essa retomada, só assim é possível compreender como foi possível chegar a atual perspectiva de educação integral defendida pelo governo federal para as escolas públicas brasileiras.

2.3 EDUCAÇÃO INTEGRAL/EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

As políticas públicas voltadas para a educação integral e em tempo integral no Brasil vem se configurando desde o século passado, e no século XXI ganham força com a aprovação do primeiro Plano Nacional de Educação -PNE com a Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que vigorou até 2010, e atualmente com PNE 2014/2024 com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014:

O segundo Plano Nacional de Educação aprovado por lei representa uma vitória da sociedade brasileira, porque legitimou o investimento de 10% do PIB em educação e adotou o custo-aluno-qualidade. Afinal, a Meta 20 existe para garantir todas as outras metas que trazem as perspectivas de avanço para a educação brasileira, nas dimensões da universalização e ampliação do acesso, qualidade e equidade em todos os níveis e etapas da educação básica, e à luz de diretrizes como a superação das desigualdades, valorização dos profissionais da educação e gestão democrática. essa política é estruturada por meio dos Programas Mais Educação e posteriormente Novo Mais educação, que em suas raízes LDB. (BRASIL, 2014, p. 23).

A LDB em seu Artigo segundo trata que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017), neste artigo a Lei 9394/96 já faz menção ao

desenvolvimento integral do ser humano, e posteriormente no artigo 34 ela vem falar sobre a ampliação do tempo escolar, efetivando um tempo integral do aluno na instituição de ensino:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Fica evidente a preocupação da Lei com relação à jornada escolar e aos dias letivos, sendo necessário ampliar a jornada escola para garantir o desenvolvimento de outras atividades que complementem a educação escolar já desenvolvida no meio, de tal forma no Artigo 87 que instituí a Década da Educação, em seu paragrafo quinto salienta que “Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.” (BRASIL, 2017). Mediante a isto, atendendo ao disposto na Lei e a fim de garantir qualidade ao tempo extra da criança e do adolescente na escola, o Governo Federal institui o Programa Mais Educação no ano de 2007 através da portaria 17/2007, seguindo as experiências anteriormente expressas no cenário educacional brasileiro.

O governo brasileiro, em mais uma tentativa de implementar uma educação integral em tempo integral propôs o programa Mas educação, que traz uma concepção de integralização das dimensões humana atrás da ampliação de permanência do aluno na escola e através da realização de atividades voltada as áreas do conhecimento que trabalham as varias dimensões humana. Em 2011, o ministério da educação através do manual da educação integral em jornada ampliada para obtenção de apoio financeiro por meio do programa dinheiro direto na escola – PDDE/educação integral dispõe que:

A Educação Integral está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendida em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 9089/1990); na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.179/01) e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério (Lei nº 11.494/2007). (BRASIL, 2011, p. 01).

Desta forma, em 2007, o governo federal brasileiro criou o programa Mais Educação, que seria um programa a nível nacional para todos os estados e que trazia uma nova perspectiva de educação integral em tempo integral às escolas brasileiras. Com base na leitura de Ribeiro (2017), o mesmo apresenta um quadro onde analisa e especifica as finalidades do Programa Mais Educação contida na portaria nº 17/2007 e no Decreto nº 7.083/2010, onde a portaria apresenta oito finalidades enquanto que o Decreto especifica somente cinco.

Na portaria de 2007 estão presentes as finalidades de contribuir com a redução da evasão escolar, da reprovação e da distorção idade/série, que mediante a implantação de ações pedagógicas busca melhorias no rendimento e no aproveitamento escolar, oferecendo atendimento educacional especializado aos jovens com necessidades educacionais especiais, integrando a proposta de curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais. Mediante ações de acessibilidade voltada aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida; também prestar assistência técnica e conceitual aos entes federativos de modo a estimular novas tecnologias e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta portaria, que não estão como finalidades no Decreto de 2010.

O decreto citado acima trás três finalidades que não estão presente na portaria de 2007. As demais finalidades foram reformuladas ou adicionadas ao Decreto de 2010, semelhante à Portaria de 2007.

Ao comparar os dois documentos, percebemos que o texto da Portaria é longo e detalhado, colocando ao programa uma série de responsabilidades de caráter educativo, cultural e assistencial, enquanto que o Decreto é sucinto e exprime um caráter mais educativo, apesar de não suprimir a sua finalidade socioeducativa comunitária e intersetorial. (RIBEIRO, 2017, p. 92).

Mediante a isto, aparecem dois pontos relevantes com relação à educação integral em tempo integral no Decreto de 2010, o currículo que será responsável por trabalhar de forma integral as dimensões e faculdades humana e o espaço disponibilizado pelas escolas para tal, tendo como finalidade central a busca pela melhoria da qualidade educacional das escolas brasileiras com ampliação do tempo escolar como estratégia para alcançar tal finalidade e o currículo responsável por articular as várias dimensões em busca da qualidade educacional e de uma educação integral.

Assim as políticas que defendem uma educação integral e em tempo integral devem viabilizar condições reais para que o tempo extra na escola seja otimizado e garantir desenvolvimento integral da criança, assim tanto municípios, escolas, coordenadores professores, família e comunidade devem fazer a sua parte para que as metas de uma educação integral não se reduzam apenas a horas extras do aluno no espaço escolar.

Em resposta a isto, o Programa Mais Educação é um programa que tem seus alicerces pautados na política pública de educação integral e em tempo integral, sendo mais que uma junção de áreas trabalhadas e atividades desenvolvidas ou reforço escolar, ele busca trazer á escolas significativos avanços, mudando a realidade de centenas de alunos em

situação de pobreza extrema assim como oferecer acesso à cultura e lazer, através de atividades socioeducativas, que muitas vezes as crianças de escolas públicas, principalmente aquelas localizadas em comunidade ou áreas carentes, não tem ou nunca tiveram acesso. Além disto, visa interligar os saberes desenvolvidos em sala de aula, as experiências de vida e os conhecimentos produzidos a partir da participação no programa para auxiliar no desenvolvimento intelectual, social, cultural e físico dos alunos.

O Programa Mais Educação foi pensado e criado durante o mandato do Luís Inácio Lula da Silva, e teve continuidade no de Dilma Rousseff, com base no cenário educacional da época, do baixo nível de desempenho em exames e da alta taxa de crianças, jovens e adolescentes em situações de risco e de vulnerabilidade social. Inicialmente era gestado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- SECAD, só em 2011 que passou para a Secretaria de Educação Básica- SEB, por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

O Programa Mais Educação tem como público alvo escolas urbanas e rurais que apresentem mais de 50% dos alunos de baixa renda, em vulnerabilidade social, com nota baixa no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Alguns critérios foram estabelecidos para a escola ser contemplada com o programa, esses critérios relacionam-se com ter sido contemplado com PDEE nos anos anteriores, com as medias baixas no IDEB, com o número de alunos participantes do Programa Bolsa Família, assim como municípios com alta taxa de analfabetos, alto índice de pobreza rural, com número considerável de famílias em assentamentos e para escolas quilombolas.

A escola pode optar pela participação de todos os alunos ou apenas dos casos de prioridades, principalmente a alunos com maior dificuldade educacional, alunos em situações de distorção idade/série, em atraso escolar, em situação de risco e vulnerabilidade social, entre outros, a escola irá escolher conforme sua realidade para atender em tempo integral que depende de vários fatores entre eles o estrutural que a maioria das escolas brasileira não dispõe de boas estruturas físicas ou não suficientes para atender com qualidade o programa.

As turmas deverão ser formadas por 30 alunos exceto no caso orientação de estudos e leitura e campos do conhecimento, mais conhecidos como o reforço escolar nas áreas de português e matemática, ciências, história, geografia, línguas estrangeiras, entre outras, que contam com no máximo 15 alunos por turma, funcionando no contraturno. O tempo escolar passa a ter uma jornada de sete horas diárias, e não apenas quatro, aos monitores, como são

chamados os agentes responsáveis por desenvolver as várias áreas do Programa, é destinado uma ajuda de custo com alimentação e transporte no valor de 80 reais por turma na zona urbana, e 120 reais por turma na zona rural. As turmas não necessariamente precisam ser a mesma série ou idade, essa organização deverá ser feita pela escola. Cada escola deve escolher quatro atividades curriculares dentre as várias atividades ofertadas pelos macrocampos temáticos, que serão apresentados mais a frente, porém o macrocampos de acompanhamento pedagógico é obrigatório a todas as escolas.

Segundo Ribeiro (2017), O financiamento do programa é oriundo do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE, depositados em nome da Unidade Executora Própria - UEx, na conta aberta pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional – FNDE através de um cadastro no PDDE-Web, o valor repassados as escolas e contabilizado em cima do número de alunos matriculados o programa, o valor é repassado em duas modalidades: custeio e capital, que são destinados as despesas com transporte e alimentação dos monitores e para a compra de materiais conforme os kits sugeridos, assim como reparos, adaptações e contratação de serviços necessários para a efetivação do programa.

Interessante frisar o fato dos monitores que desempenham as atividades no programa serem estudantes universitários nas áreas que o programa atende ou pessoas da comunidade com formação ou experiências na área, este fato abre espaço para novos atores, além da equipe docente e demais funcionários da escola, participarem da construção da educação escolar em suas comunidades, sobre este fato Ribeiro (2017) discorre que:

A proposta educativa que esse programa que evidenciar articula-se a partir da compreensão de uma escola que baixa seus muros e encontra a cultura, a comunidade, a cidade em processos permanentes de expansão e criação de territórios educativos. Pela ação que desenvolve, pela natureza dessas ações, pela forma como são organizadas e desenvolvidas, acredita-se na múltipla missão do Mais Educação: educar, assistir e proteger. (p. 99).

O Programa Mais Educação apresenta dois mecanismos curriculares, o primeiro é a ampliação do tempo escolar, que nos documentos legais do Programa é utilizado como um meio para atingir os objetivos/finalidades do Programa Mais educação, exceto a Portaria 17/2007 e o Decreto 7.083/2010, que dão maior relevância à ampliação do tempo em relação ao sentido formador do projeto, já os macrocampos temáticos traz a possibilidade de trabalhar a transversalidade no contexto escolar a partir de temas sociais e educacionais, Ribeiro (2017) aponta que:

Quanto à formação integral, os macrocampos tendem a viabilizá-la na medida em que ampliam, diversificam, e enriquecem a formação dos estudantes brasileiros por

meio do trabalho pedagógico com novas temáticas e diversificadas atividades de estudo, bem como pelo reforço ao ensino e à aprendizagem de alguns campos curriculares como Linguagens e Matemática. (p. 192-193).

Ribeiro (2017) aponta que inicialmente, com a Portaria 17/2007, eram dez macrocampos temáticos, e com o Decreto 7083/2010 ficaram apenas sete macrocampos, sendo eles:

[...] Acompanhamento Pedagógico; Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial; Educação ambiental, Desenvolvimento sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (educação financeira e fiscal); Esporte e Lazer; Educação em Direitos Humanos e Promoção da Saúde.

Esses macrocampos seriam responsáveis por articular e organizar as atividades curriculares e as ementas em promoção do desenvolvimento integral dos alunos participantes do programa, uma vez que trabalharias as várias dimensões humanas através do desenvolvimento cognitivo, físico, ético, estético, e vários outros, assim como oportunizaria articular os conteúdos das disciplinas escolares com os componentes da BNCC (Base Nacional Curricular Comum). Sobre os macrocampos temáticos, Ribeiro aponta que eles articulam-se com o caráter social e protetor do programa, pois:

A promoção social se dá na medida em que, por meio de atividades pedagógicas curriculares, pensadas a partir dos atuais sete macrocampos temáticos, muitas crianças são formadas, informadas, prevenidas e retiradas das ruas, de seu tempo ocioso e de sua condição de risco e vulnerabilidade social. (194).

É neste sentido que o Programa Mais educação cumpre seu papel socioeducativo, pois oferece a oportunidade de retirar crianças, jovens e adolescentes das ruas, e preencher o tempo com atividades que contribuirá na formação de sujeito críticos, de valores, éticos e conscientes de sua responsabilidade, além de informar sobre seus direitos e suas necessidades assim como dos riscos e da vulnerabilidade a qual estão expostos na rua, auxiliando na proteção social, na formação e no amparo.

Há pelo menos duas preocupação no que tange as finalidades do Programa, a primeira relaciona-se com o caráter formativo, pois apesar de oferecer reforço escolar, em especial nas áreas de Português e Matemática, o Programa não busca ampliar os estudos nessas áreas por acreditar que acarretaria o que é chamado por Ribeiro (2017) “uma hiperescolarização). A segunda relaciona-se a sua divisão em turnos, onde pode parecer que em um turno acontecem aulas formativas e de qualidade e no outro apenas uma ocupação do tempo vago, em razão disso os macrocampos são visto como articuladores para que nenhuma dessas se efetive de fato no contexto de implantação do Programa.

Seguindo a perspectiva de educação integral em tempo integral, a ampliação do tempo escolar é uma estratégia curricular para atender as finalidades do programa, onde a quantidade e qualidade são importantes no processo educacional, não basta ampliar o tempo na escola se não o complementar com atividades educacionais de qualidade, que atendam aos macrocampos temáticos, e que estejam conectadas com o Projeto Político Pedagógico da escola, articulando os saberes escolares com os saberes culturais e comunitários da realidade dos alunos, uma vez que contribui para a formação do aluno e para a proteção dos mesmos em situações de risco ou vulnerabilidade social, pois:

[...] a política de educação integral em tempo integral, em função de sua natureza, concepção e finalidade, provocam impactos nas funções da escola, conferindo-lhe uma nova identidade social, marcada, sobretudo, por sua dupla função: formar e proteger” (RIBEIRO, 2017, p. 211),

Mesmo com todas as ações efetivas em prol do objetivo de melhoria da qualidade educacional, mesmo que a finalidade não esteja voltada a isto, no ano de 2015, 24% das escolas brasileira de ensino fundamental de anos iniciais não alcançaram a média do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e o número é bem maior nos anos finais, com 49% das escolas, assim como o Brasil não alcanço a média do IDEB em 2013 e nem as metas 6 e 7 do Plano Nacional de Educação – PNE.

Mediante a isto, já no mandado do atual presidente Michel Temer, um novo programa, na perspectiva da política de educação integral em tempo integral, com semelhanças ao Programa Mais Educação foi formulado denominando-se como Novo Mais Educação, que através da Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, dispõe que, Através de ações pedagógicas se busque melhorias no rendimento e no desempenho escolar dos alunos, trazendo uma proposta de educação em tempo integral, uma vez que:

[...] visa a ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar que deverá ser implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática e do desenvolvimento de atividades no campo das artes, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 2016)

Segundo o Documento Orientador de adesão do ministério da educação (BRASIL, 2016), o Programa em suas diretrizes trata da deve vinculação das atividades ao projeto político pedagógico da escola e a política educacional da rede, assim como atender as escolas com os alunos com renda baixa ou baixíssima, ou com dificuldade no aprendizado, escolas com as piores media em exames de proficiência que medem a qualidade da educação em

diferentes níveis, assim como a avaliação do andamento e dos resultados obtidos pelo Programa, e a cooperação e a parceria entre os órgãos federais, estaduais e municipais.

O documento citado trata da adesão das secretarias federais, estaduais e municipais, dos critérios a serem observados para a adesão, destacando a necessidade de a escola possuir Unidade Executora (UEX) própria, com orientações de como aderirem ao programa, como realizar a escolha entre a carga horária extra de cinco ou de quinze horas semanais, sendo que com carga horária de cinco horas deverá ser disponibilizado obrigatoriamente duas atividades de Acompanhamento Pedagógico, dividido nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática com duas e meia para cada área.

As escolas com quinze horas semanais terão duas Atividades de Acompanhamento Pedagógico para as áreas de Língua Portuguesa e Matemática com duração de quatro horas cada, e as sete horas restante ficará disponível para a realização de três Atividades Complementares disponível no PDDE interativo sendo de escolha da escola tanto as três Atividades como a distribuição e organização das horas ao decorrer da semana. A prioridade no atendimento é para alunos com maior dificuldade de aprendizagem e histórico de reprovação, as turmas contam com até trinta alunos nas demais atividades, e até vinte alunos nas Atividades de Acompanhamento Pedagógico.

O programa traz diversos atores que serão responsáveis pela sua execução nas unidades de ensino, além de todos os demais funcionários da escola, o documento cita o Articulador Pedagógico, que fica incumbido de coordenar e organizar as atividades na escola, o Mediador da Aprendizagem que realizará as Atividades de Acompanhamento Pedagógico nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, e o facilitador, que realizará as atividades de escolha da escola. Para aquelas que escolheram realizar quinze horas semanais, a esses dois últimos atores há um número máximo de turma, sendo dez turmas, e os mesmos não tem remuneração em razão do trabalho desenvolvido ser de caráter voluntário o investimento financeiro destinado a eles está relacionado às despesas com alimentação e transporte.

A área de Acompanhamento Pedagógico (obrigatório a todas as escolas participantes) está voltada para o desenvolvimento e a aprendizagem em Língua Portuguesa e em Matemática, que, através de novas metodologias trabalha a escrita, a leitura, a alfabetização, o letramento e a matemática. As Atividades Complementares contemplam dois campos, o da cultura e o das artes, que envolvem artesanato, a iniciação musical, banda, canto e coral, cineclube, dança, desenho, educação patrimonial, escultura, cerâmica, leitura, pintura,

teatro/ práticas circenses. Já no campo do Esporte e do Lazer são citadas dezessete categorias de esportes, dentre eles, os mais conhecidos como futebol, futsal, basquete, voleibol, capoeira e xadrez.

O monitoramento do programa se dará pela elaboração de relatórios periódicos de atividade no PDDE interativo que serão validados pelos coordenadores do Programa, esses relatórios são responsáveis pela participação em exercícios seguintes, ao MEC fica o estabelecimento de metas para a avaliação dos resultados obtidos, e ao FNDE o financiamento do Programa.

O financiamento é destinado ao pagamento das despesas com alimentação e transportes dos facilitadores e mediadores do Programa, e para a compra de materiais e contratação dos serviços necessários para a execução do Programa. Temos como referencial financeiro, dentro de um prazo de exercício de oito meses nas escolas urbanas para as Atividade de Acompanhamento pedagógico, os valores de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês e por turma nas escolas com carga horaria de quinze horas semanais, e R\$ 80,00 (oitenta reais) por mês e por turmas para as Atividades Complementares de Livre Escolha nas escolas com carga horaria de quinze horas semanais. Para escolas com cinco horas semanais também será pago por turma e por mês o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais). Esse valor só será repassado aos Mediadores e Facilitadores após apresentação dos relatórios e recibos mensais das atividades.

Nas escolas com carga horaria de quinze horas semanais, cada aluno significa o valor de R\$ 15,00 (quine reais) por adesão ao Programa, e nas escolas com carga horaria cinco horas esse valor e de R\$ 5,00 (cinco reais), as escolas rurais recebem 50% a mais desse valor, o valor total é destinado às escolas em duas parcelas uma de 60% e outra de 40%, a prestação de conta seguirá as normas do FNDE.

Após a apresentar a forma como está estruturado referido Programa, podemos perceber que as Políticas Públicas desenvolvidas através do Programa Novo Mais educação estão voltadas a garantir uma expansão do tempo escolar da criança e do adolescente, mas é notória a despreocupação com relação à qualificação deste tempo. O Programa trás duas Propostas, ou apenas o Acompanhamento Pedagógico, as escolas com carga horaria de cinco horas, ou mesmo aquelas escolas com carga horaria de quinze horas semanais, a maior parte do tempo é destinado ao reforço escolar, ao letramento, a alfabetização e ao ensino da Língua Português e da Matemática, fazendo com que os demais campos e suas atividades sejam tidas

como um passa tempo e não como uma integração das dimensões humanas. Ao invés de tornar a proposta atraente, ela significa uma expansão da sala de aula e uma segunda jornada escolar, diferenciando pouco ou nada do que o aluno já vivencia em sala de aula.

2.4 EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL E A BUSCA PELA QUALIDADE EDUCACIONAL

A palavra educação vem o Latim *educare*, que é derivado de duas palavras, EX que significa “fora ou exterior”, e DUCARE que significa “instruir ou ensinar”, ou seja, desde os primórdios da humanidade a palavra educação já se remetia ao ato de ensinar algo a alguém, e desta forma foi se configurando nas diversas perspectivas que foram vivenciadas ao longo da história, que conta com avanços e retrocessos com base em suas concepções. Uma dessas concepções relaciona-se a busca de uma educação integral aos seres humanos, que seja capaz de integrar as várias dimensões humanas e desenvolver sujeito críticos e integrais, só sendo possível com uma maior jornada de tempo escolar, tido como um ideal defendido por muitos pensadores que justificavam como essencial para obter qualidade educacional e educação integral.

A busca pela qualidade de ensino oferecidas nas escolas brasileira através da perspectiva de educação integral em tempo integral foi se ampliando a partir do início do século XXI, muitos estados e municípios criavam programas e projetos que atendessem a essa concepção de educação, buscando, além de educar, oferecer assistência social àqueles que faziam parte da escola, muitas vezes esses alunos se encontravam em situação de extrema pobreza, e para garantir que os mesmos permanecessem na escola era preciso um conjunto de ações que iam além das já oferecidas tradicionalmente pela escola. Neste sentido, torna-se necessário repensar as funções da escola, volta-las para a promoção da aprendizagem do aluno em suas várias manifestações.

Porém, este fato torna-se um grande desafio às escolas, pois a implantação de uma educação integral em tempo integral não ocorre de qualquer jeito, requer tempo, espaços, reformulações curriculares, profissionais qualificados, entre outros. As escolas na grande maioria não tem estrutura física ou financeira para exercê-la com qualidade, e muitas vezes essa concepção de educação integral não possui uniformidade em todas as escolas, além de causar grande mudança na rotina, no cenário e na organização das escolas, perdem suas

finalidades ao decorrer de sua implantação e desviando seu foco dificilmente obterá os resultados esperados pelas escolas.

Com relação ao exposto até o momento, é notório que uma proposta de educação integral não se implementa de uma hora para outra nas instituições de ensino, se fazem necessário um conjunto de ações com finalidade ligada a integração das múltiplas dimensões humanas e dos conhecimento escolares, culturais e sociais, políticos éticos, dentre outros. Dessa forma, só é possível concretizar tal proposta por meio da ampliação do tempo escolar, preenche-lo com atividades significativas à vida humana em sua totalidade, assim, o período de quatro horas diárias de aula é insuficiente para contemplar todas as áreas e atividades necessárias para desenvolver uma educação integral, o que justifica a necessidade de uma carga horária maior para conseguir equilibrar e desenvolver as novas funções que a escola em tempo integral e de educação integral passa a ter.

Desta forma, diante do cenário educacional que o país se encontra, onde os índices de atraso escolar, de distorção idade/ano, de abandono e de reprovação continuam altos, além da maioria dos municípios brasileiros não atingirem a média do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) ou possuírem notas baixíssimas, várias medidas são tomadas para alavancarem a educação, a implantação do programa Mais Educação é uma delas, que:

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica (BRASIL, 2018).

Por meio dessas ações a Educação Integral deve garantir aos sujeitos o desenvolvimento de várias dimensões assim como integrar vários agentes que vão desde os alunos e profissionais que atuam na escola até a família e a comunidade escolar, visando o desenvolvimento integral dos alunos mediante um conjunto de ações e atividades que integra as várias áreas do conhecimento, visto que:

Educação integral representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu

patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos (BRASIL, 2015).

Esta estratégia de educação integral amplia o tempo da criança nas escolas, viabiliza novos espaços educativos, integra as famílias e diferentes atores sociais, isso porque a Educação Integral conecta as aprendizagens decorrentes com a vida e os interesses dos alunos, possibilitando uma aprendizagem mais significativa. Porém muitas vezes essa educação integral não é colocada em prática como de fato deveria ser. Os municípios através de seus coordenadores não preparam as escolas para essa tarefa, e a escola por sua vez não tem espaço, recursos, formação, e planejamento para oferecerem uma nova jornada de ensino com qualidade, desta forma, o que deveria complementar o tempo do aluno na escola, trabalhar as dimensões físicas, intelectuais, sociais, culturais, entre outras, acaba sendo apenas uma expansão da jornada escola, este fato pode ser evidenciado na fala do autor ao destacar que:

A ampliação do tempo na escola, no entanto, tem sido marcada por experiências que dicotomizam as atividades em curriculares e extracurriculares (turno e contraturno), desprezando a integração curricular. A questão a ser enfrentada é, portanto, que a Escola em Tempo Integral deve ser mais que a permanência prolongada do aluno na escola, ou seja, a oferta deve ser mais que o “depósito” de crianças alternando aulas e atividades extracurriculares. (ZANARDI, 2016, p. 85).

Diante da realidade de muitas escolas, onde a comunidade à volta está tomada pelo tráfico de droga e pela criminalidade e muitos jovens encontram no crime uma solução para as dificuldades encontradas, muitas dessas crianças e jovens não têm, ou tem pouco apoio familiar e não encontra na escola o apoio necessário para transformar suas vidas que acabam recorrendo ao crime, a prostituição entre outros, desta forma o autor aponta que:

As crianças e adolescentes precisam de educação de qualidade, e passar mais tempo na escola, pelo menos 7 horas por dia com atividades diversificadas, dinâmicas e lúdicas é primordial para melhoria na aprendizagem. Entretanto, o nosso país precisa avançar bastante e investir com planejamento e competência para conduzir a Educação Integral [...]. (LIMA, 2014, p. 9).

Frente a essas colocações, é atribuída grande responsabilidade ao Programa Mais educação, porém os investimentos financeiros para suprir as necessidades da escola em prol da implantação do Programa é insuficiente, espera-se muito com a implantação do programa, mais pouco se investe para atingir os objetivos, assim a finalidade central do programa que é educar integralmente e proteger acaba comprometida por uma série de fatores, entre eles, o financeiro, as condições estruturais da escola, a formação docente, entre outros. Atualmente,

o Programa Novo Mais Educação, em substituição ao Programa Mais Educação, é a estratégia do governo federal para as políticas públicas de educação integral em tempo integral para as escolas públicas.

Cabe ressaltar que, diferente do Programa mais educação que tinha suas finalidades ligadas ao desenvolvimento da educação integral do ser humano e da qualidade educacional por meio do desenvolvimento de atividades socioeducativas em diversas áreas, em especial pelo macrocampo “acompanhamento pedagógico” que abrange várias disciplinas, e não somente português e matemática.

O Novo Mais Educação instituído pela Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016 “Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental” (BRASIL, 2016). A Portaria trás explicitamente como objetivo central as duas disciplinas acima citadas, no capítulo I dos objetivos em seu artigo primeiro dispõe que:

Art. 1º Fica instituído o Programa Novo Mais Educação, com o objetivo de melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. (BRASIL, 2016).

O Programa Novo Mais educação também objetiva contribuir com a melhoria dos resultados escolas, com índice de distorção de idade/série, do abandono escolar assim como a ampliação do tempo, este programa traz a ampliação do tempo como um objetivo a ser cumprido e não como um mecanismo curricular e ser explorado.

Observando as finalidades do Programa novo Mais educação disposto na Portaria nº 1.144/2016:

Art. 2º O Programa tem por finalidade contribuir para a:

I - Alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - Redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais; e

IV - Ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

É possível notar na Portaria nº 17/2007 do Programa Mais Educação e posteriormente o decreto nº 7.083/2010, comparando com a resolução nº 1.144/2016 do

Programa Novo mais Educação, que as finalidades e objetivos dispostos foram suprimidos ou modificados radicalmente, uma vez perdendo seu caráter de educação integral como finalidade central e passa a dar ênfase no letramento em língua Portuguesa e Matemática, distanciando-se dos ideais de uma educação integral e colocando-se como mais um ferramenta curricular de produção do conhecimento em áreas específicas. Apesar de oferecer atividades complementares em diversos campos, as mesmas não assumem o compromisso com a integração das múltiplas dimensões humanas.

Outro ponto relevante a ser destacado encontra-se no fato do caráter socioeducativo ter se perdido, as atividades estão voltadas, quase que exclusivamente, a educação de Língua Portuguesa e de matemática, e mesmo que a ampliação do tempo escolar favoreça maior permanência do aluno na escola, as atividades desenvolvidas são de caráter complementar e não socioeducativo, como se pode observar no fato da finalidade V do Decreto nº 7.083/2010, ter sido suprimida na portaria 1.144/2016, o Decreto dispõe sobre:

Convergir políticas e programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político Pedagógico de educação integral (BRASIL, 2010).

Diante das colocações apontadas, é notório que o atual programa tem como alicerces a política de educação em tempo integral, mas distancia-se dos verdadeiros ideais de educação integral como as experiências de programas implementados anteriormente. Essa diferença de finalidade faz com que o currículo proposto por este programa seja muito diferente do currículo trabalhado pelo programa anterior, com novas metodologias, novas perspectivas de educação, um novo trabalho pedagógico e principalmente uma nova forma de pensar as funções da escola, desta forma, o que o Programa Novo Mais Educação traz de novo ao cenário educacional do país pode ser considerado um retrocesso na história da construção da escola integral o Brasil:

[...] O programa de educação integral para o ensino fundamental, do Governo Temer, denominado “Programa Novo Mais Educação” inaugura uma significativa reforma, de sentido e orientação, na política educacional no Brasil, para atender, no contexto da “globalização”, a pressão de expansão do capital, determinando o surgimento de novos sujeitos nas disputas pelos recursos para a educação, com consequências sobre a qualidade da educação, na medida em que, a despeito da referência ao “novo”, o Programa privilegia uma tradicional forma instrucionista para a educação escolar. (MONTEIRO, 2017, p. 11).

Tal retrocesso encontra-se pautado nas finalidades do programa que são voltadas a uma educação instrucional, para atender as avaliações do sistema público, como o IDEB, em

razão disso, o programa foca em resultados positivos e quantitativos e abandona o caráter formativo integral, como se o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas fossem um complemento às atividades escolares, ao invés de considerá-las como parte fundamental do desenvolvimento humano.

Mediante ao exposto e acreditando que o papel da escola está para além de ensinar conteúdos, uma vez que se confia à escola o comprometimento com a transformação da realidade de seus sujeitos, a educação integral e em tempo integral complementa este compromisso, por isso é essencial que seja desenvolvida com qualidade para que se consiga manter a permanência desses alunos nas escolas, motivando e incentivando-os a buscarem construir uma história de vida digna e que possam criar sua identidade enquanto sujeitos de valores éticos, políticos e sociais, sujeitos críticos e autônomos, que participem da sociedade e nelas interajam de forma significativa. Tal colocação só torna-se possível mediante a ampliação do tempo escolar e do trabalho das várias dimensões humana, transformando e ampliando as funções da escola, buscando o desenvolvimento e a equidade educacional dos alunos, quanto a isso, Paro (1988) discorre que:

A verdadeira transformação a que a escola deve ser submetida é aquela que consiga ligá-la cada vez mais aos interesses das camadas trabalhadoras. Tal transformação só se dará na medida em que a escola “contamina-se” de tudo o que diz respeito à comunidade a que serve: seus problemas, seus interesses, a presença constante de seus membros com suas opiniões e sugestões. (p. 228).

É nítida na fala do autor a importância da escola articular-se com a comunidade à sua volta, compartilhar e construir conhecimento, porém no Programa Novo mais Educação essa articulação não aparece como finalidade ou objetivo, tão pouca ganha relevância na execução do Programa. Outra característica do Programa que se distancia do caráter protetor que a educação integral em tempo integral defende está relacionada com a finalidade de informar e proteger as crianças, jovens e adolescentes em situações de risco e de vulnerabilidade social, sem este caráter, as atividades tendem, quase que exclusivamente, ao desenvolvimento cognitivo nas áreas de língua portuguesa e matemática. Entretanto, essas duas disciplinas aliadas a um conjunto de atividades desvinculadas com a realidade dos alunos está distante de oferecer uma educação integral, configurando-se apenas em uma extensão da sala de aula e de seus conteúdos escolares.

Assim a escola passa a oferecer uma jornada diária mais extensiva, porém suas finalidades estão desarticuladas com a realidade social da escola e de seus atores, a expansão do tempo é um objetivo, ou seja, independente da qualidade desse tempo, o importante é

manter por mais tempo a criança e o adolescente na escola. A não articulação das atividades realizadas pode ocasionar o desinteresse e a desmotivação dos alunos, que sabendo não ser obrigatório participarem, não veem motivos para permanecer no Programa, uma vez que a permanência no programa significa mais horas voltadas aos estudos que pouco ou nada se diferenciam do que é vivenciado dentro das salas de aula.

Nota-se que apesar de ser um Programa novo e que traga suas raízes ancoradas nas políticas de educação integral em tempo integral, se distancia muito de suas reais concepções, e que mesmo buscando a melhoria dos índices de desenvolvimento da educação brasileira, ao focar quase que estritamente no desenvolvimento da língua portuguesa e da matemática, perde sua essência principal.

Acreditando que o problema não estava no Programa Mais educação é possível falar que ao invés de implantarem um novo programa que significa um retrocesso educacional e que tem sua base ligada a atender exames de proficiências para uma educação instrucional, deveria ter sido dada a real importância ao Mais Educação. A ampliação dos investimentos massivos, tanto às escolas como aos profissionais sempre foi insuficiente frente às expectativas do Programa, não é possível concretizar os objetivos a curto prazo, ainda mais diante da debilidade educacional histórica que o país vive, então para ser possível alcançar as finalidades e os objetivos proposto era necessário muito mais do que foi feito, é preciso vencer os diversos desafios que as escolas enfrentam.

3 A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MÃE DO RIO/PA

Diante das colocações feitas até aqui, fica evidente a necessidade de que as políticas públicas de educação em tempo integral sejam efetivadas em sua totalidade. Assim, buscando compreender como vem se desenvolvendo tal política no município de Mãe do rio, nesta seção analisaremos as falas transcritas das entrevistas realizadas com os coordenadores pedagógicos responsáveis por desenvolver no município a política de educação em tempo integral através dos programas Mais Educação e Novo Mais Educação. Busca-se analisar os principais avanços, dificuldades e perspectivas que tais profissionais destacam sobre a realidade dos programas supracitados nas escolas da rede municipal de ensino.

Desta forma, busca-se elucidar as convergências e divergências encontradas nas falas dos profissionais entrevistados, assim como evidenciar a realidade da implementação das políticas públicas de educação em tempo integral encontrada no município de Mãe do Rio. Aos três profissionais entrevistados será atribuída a abreviação da palavra coordenador e uma letra, tal como, coord. A, coord. B e coord. C, para distinguir as respostas e preservar a identidade dos entrevistados.

O município que servirá de *lócus* da pesquisa é localizado no interior do estado do Pará a 198 km da capital paraense, com aproximadamente 29.112 mil habitantes segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. O município conta atualmente com 55 escolas municipais da rede pública, dividida em 18 escolas na zona urbana e 37 na zona rural, duas escolas estaduais e quatro escolas particulares. Dessas 18 escolas da rede pública de ensino localizadas na zona urbana, serão selecionadas 2 escolas que esteja funcionando o Programa Novo Mais Educação.

Os critérios de seleção para o *lócus* da pesquisa deverá ser ter implantado o programa Mais Educação nos anos anteriores e atualmente está funcionando o Novo Mais Educação. Para a realização desta pesquisa temos como sujeitos os coordenadores pedagógicos responsáveis pelo Programa Novo Mais Educação em nível de rede municipal, e dois coordenadores pedagógicos atuantes nas duas escolas selecionadas.

3.1. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL

O município de Mãe do rio, por meio da SEMED e das escolas tem implementado as políticas públicas de educação em tempo integral através dos programas PME e PNME na rede pública de educação básica no município de Mãe do rio desde o ano de 2010, devido a troca de gestão pública municipal os responsáveis pelo programa mudam conforme a configuração política atuante e desta forma o programa já foi coordenado por diversos profissionais da educação. O atual coordenador geral do programa no referido município foi um dos entrevistados, que junto com mais dois coordenadores pedagógicos escolares foram os sujeitos da pesquisa.

Seguindo um roteiro de entrevista, a primeira pergunta direcionada aos coordenadores foi sobre o processo de implementação dos programas supracitados. Foi questionado sobre como eles avaliam o processo de implantação do Programa Mais Educação e do Novo Mais Educação na rede municipal de ensino e os posicionamentos dos mesmos foram transcritos:

Coord. A: A implantação desses Programas aconteceu conforme orientações do MEC, porém foi preciso fazer algumas adequações de acordo com a realidade e capacidade de cada escola, por outro lado, a comunidade escolar ainda não se acostumou com as mudanças advinda com o referido Programa, já estavam acostumados com o programa Mais Educação, com as mudanças ocorridas no Novo Mais Educação, as escolas encontraram dificuldades para desenvolver os programas. Mas é muito bom poder oferecer mais tempo as crianças na escola, é menos tempo para estarem na rua.

Coord. B: Primeiro receber o mais educação não é algo assim que a gente deva tá comemorando, ele veio pela escola ter baixo rendimento no IDEB, e os alunos era em sua maioria de baixa renda, então recebemos por conta dessas situações e por isso recebemos o primeiro Programa O Mais Educação, e depois, agora um dos critérios para receber o mais educação era ter participado do programa anterior eu percebo assim embora não seja motivo de comemorar que o programa está na escola eu acredito sim que ele veio pra somar por que é mais tempo que a criança deixa de está na rua e fica na escola e se ele tem mais tempo ele tem mais possibilidade de aprender e quando a gente consegue ter profissionais que são comprometidos mesmo a gente consegue ter rendimentos positivos, eu vejo por ai esse processo de implantação.

Coord. C: É, o novo mais educação só veio contribuir com a educação né, é um programa que veio da oportunidade pros pais que não tem condições de pagar aula de reforço pros filhos né ai a escola entra com os programas, e eles só tem a contribuir, pois a gente ver os avanços que os alunos tem.

Ao analisar as falas dos três entrevistados, é possível notar que as duas primeiras falas convergem ao apontar que a possibilidade do tempo escolar ampliado é um fator positivo para tirarem as crianças das ruas, uma vez que o tempo livre que aquela criança teria

para está na rua ou qualquer outro espaço improdutivo pode ser preenchido por atividades socioeducativas desenvolvidas pelas escolas e principalmente que se somem à sua aprendizagem escolar.

Corroborando com tais posicionamentos, a ampliação do tempo escolar encontra-se diretamente ligada com a condição de vida que o aluno, onde muitas vezes os pais trabalham e o aluno passa grande parte do tempo livre nas ruas ou sem nenhuma ocupação produtiva, fato que aumenta a probabilidade de abandono escolar, desinteresse, retenção escolar e até mesmo envolvimento com o crime. Neste sentido o papel socioeducativo do programa esta no fato de amparar e de auxiliar no desenvolvimento tanto escolar como social, proporcionando novas oportunidades e novas perspectivas de vida, sobre o mencionado, Santos (2013) aponta que:

É necessário compreender a educação integral como possibilidade de mediação entre saber e humanização. Nesse sentido, a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola está intrinsecamente relacionada aos contextos de vulnerabilidade social aos quais tais estudantes estão expostos. (p. 03-04).

As condições de vida a qual as crianças e adolescente estão envolvidos influencia diretamente na construção da identidade deste aluno, a carência financeira, afetiva, social ou educacional, assim como a marginalização da infância que acomete muitas crianças impacta em toda a dinâmica da vida deste sujeito, prejudicando o seu desenvolvimento ético, social, e intelectual. Em razão a isto, a implementação dos programas de educação em tempo integral PME e PNME são uma conquistas frente às condições precárias a quais muitos alunos vivenciam cotidianamente.

Na fala do coord. A, é abordado a questão de não ser razão de comemoração receber os referidos programas, pois o mesmo direciona-se às escolas com alunos a grande maioria em situação de baixa renda e que não atingiram a média no IDEB. É possível notar que a fala do coord. C relaciona as atividades desenvolvidas pelo Programa a um mero reforço escolar pelo qual os pais não têm condições de pagar, porem seus objetivos vão para além do reforço escolar nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática:

De maneira geral, os objetivos do “Programa Novo Mais Educação” podem ser assim resumidos: ampliação do período de permanência dos alunos na escola e investimento para aumentar o nível de proficiência dos mesmos, por meio do acompanhamento pedagógico obrigatório para as disciplinas de português e matemática, e de atividades complementares no campo das artes, cultura, esporte e lazer. (MONTEIRO, 2017, p. 4).

Desta forma, além da possibilidade de desenvolvimento educacional às crianças e adolescente que participam do programa, oportuniza a vivencia de momentos educativos

diferenciados da rotina da sala de aula, tais como a prática de esportes, o acesso a cultura e lazer, entre outros, o Caderno de Orientações Pedagógicas - Versão I – destaca que:

As atividades propostas devem estar articuladas com o trabalho desenvolvido na sala de aula do turno regular, de forma que o mediador da aprendizagem tenha a possibilidade de intervir nas dificuldades apresentadas pelos estudantes no momento em que elas ocorrem. Em razão disso, é fundamental o diálogo com os professores regentes, para que esses informem acerca dos obstáculos e das lacunas que estão levando à não aprendizagem. (BRASIL, 2017, p. 21).

A partir da articulação entre sala e o programa, é possível desenvolver atividades consistentes e articuladas com o que consta no projeto político da escola, sendo de suma relevância que haja essa relação de compartilhamento, onde os saberes e aprendizados trabalhados na escola possam ser reconstruídos e readaptados para as atividades contempladas pelos programas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento deste aluno.

Prosseguindo com as entrevistas, foi indagado como eles avaliam as condições de nossas escolas para receber os programas de educação em tempo integral como o Mais Educação e Novo Mais educação, seguem as respostas, e as respostas obtidas foram as seguintes:

Coord. A: as escolas em geral não tem infraestrutura adequada para que os programas funcionem conforme foram idealizados, pois não tem a capacidade de comportar a demanda de estudantes de forma adequada, os espaços para realizar as atividades são insatisfatórios e não contribuem para o aprendizado dos alunos e dificilmente tem outros espaços fora das escolas que as escolas possam usar.

Coord. B: em relação às escolas é totalmente inadequado entendeu, é um dos grandes problemas que a gente tem, a escola em se tratando de estrutura física não estão preparadas para receber as crianças em tempo integral e por vários fatores, tipo, o mais educação tinha por objetivo manter as crianças mais três horas na escola, o que significava que eles passariam a hora do almoço na escola e a escola não tinha essa estrutura, nós não tínhamos condições de oferecer o almoço a essas crianças, não tinha banheiro para eles tomar banho, não tinha um lugar onde pudessem dá uma “descansadinha” para iniciar as demais atividades em tempo integral, porque tu já pensastes entrar sete horas e sair duas hora da tarde sem tomar banho e sem almoçar direito, ai eles acabavam sendo atendidos no contra turno, o que não era a proposta naquele momento, então essa inadequação de não ter espaço é muito mais grave na época do inverno quando acontece do programa estar no período chuvoso tu não pode fazer uma atividade em baixo das arvores e nem ficar no pátio por que molha tudo e não tem sala disponível então muitas vezes o jeito é dispensar esse aluno daquela aula.

Coord. C: precárias... Em questão de estrutura física que falo... sim, sim, em relação ao espaço mesmo, não, mas fora isso dá de fazer.

Sobre as questões estruturais para atender os alunos em tempo integral, todas as falas dos entrevistados convergem com relação à inapropriação dos prédios escolares para receberem os alunos em tempo integral, é notório que as escolas não estavam preparadas para oferecer uma jornada escolar estendida e segundo as falas, todas contam com infraestrutura precária e insuficiência de espaço físico, esse é um problema comum a maioria das escolas públicas brasileiras, que contam com espaço totalmente inapropriados e sem nenhuma outra possibilidade para realizar o desenvolvimento das atividades Santos (2013) ressalta que:

[...] a estruturação da escola de tempo integral implica numa disponibilidade de recursos materiais e humanos significativos, ou numa articulação entre serviços de diversas instituições a fim de que seja garantida a efetividade dessa escola. Além disso, devemos considerar que a articulação entre tempo e espaço só tem sentido se os conteúdos a serem desenvolvidos forem significativos. A proposta para o desenvolvimento da Escola de Tempo Integral depende da articulação entre tempo, espaço e conteúdos; e, a movimentação entre esses eixos é o que garante a singularidade de cada uma das unidades de ensino. (p. 5).

A questão é espaço, tempo e conteúdo, não há como oferecer qualidade no desenvolvimento das atividades se um dos pontos mencionados estejam em situações precárias. Da mesma forma que é necessário profissionais comprometidos com a educação para garantir o desenvolvimento educacional dos alunos, a ampliação da jornada escola para garantir que as atividades tenham o tempo necessário para o seu desenvolvimento é necessário que haja uma boa estrutura física, capaz de atender a todos confortavelmente, sem a necessidade de fazer grandes adaptações, que na maioria das vezes continuam sendo insuficiente.

É essencial que a direção e o articulador do Programa na escola que não têm espaço próprio estabeleçam parcerias com clubes, associações comunitárias, igrejas e outros espaços sociais para a oferta das atividades do Novo Mais Educação, e que os espaços sejam adaptados e adequados às atividades que vão realizar.

Porem não foi possível identificar alguma mobilização relacionada a esta proposta, nenhum dos entrevistados mencionou a procura ou a tentativa de desenvolver as atividades em outros ambientes que não focem a escola, talvez pelo grande número de crianças atendidas pelo programa e pelo pouco conhecimento acerca de locais indicados para tal. O fato é que as escolas parecem se acomodar diante das dificuldades encontradas e como foi relatado na fala do Coord. B, muitas vezes a infraestrutura dificulta tão severamente o desenvolvimento do programa que as atividades ou são reduzidas ou são suprimidas, perdendo assim parte significativa dos objetivos pretendidos pelo PNME.

É evidente a necessidade de um espaço apropriado para desenvolver as atividades dos programas, porém as escolas não conta com esses espaços, muitas vezes não há sequer quadra de esportes, então os poucos espaços são adaptados, oferecendo assim o mínimo conforto possível para os alunos, tal fator pode ser um dos determinantes da desistência de participar do programa, seria necessário rever urgentemente a infraestrutura das escolas para implantar os programas, ou como já mencionado, buscar parcerias com outros locais. Neste sentido, Santos (2013) destaca que:

A Escola de Tempo Integral, em seu tempo e espaços adequados, tem a intencionalidade de articular hábitos, valores, conhecimentos para o exercício da cidadania. Entretanto, tempo e espaço implicam em custos e nem sempre a despesa é considerada como investimento. Um bom investimento é sempre aquele de qualidade. (p. 06).

Tais investimentos dependem de muitos fatores que não cabem a SEMED, por tanto, mesmo que as escolas solicitem apoio, ou não são atendidas ou o apoio demora muito, desta forma o Programa precisa funcionar com o que se tem disponível, fragilizando o desenvolvimento das atividades e readaptando-as, muitas vezes o que deveria vir para somar, causa problemas no cotidiano escolar, além não obter os resultados esperados. Esse investimento deveria ser prioridade, pois ofereceria maior qualidade de suporte ao programa e principalmente atendimento a um maior número de alunos, visto que nem todos participam do mesmo.

Diferentemente do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), vigente até 2006 e que não previa nada em prol da educação de tempo integral, o FUNDEB considera o tempo integral como uma possibilidade para toda a educação básica nacional e associa a essa modalidade coeficientes de distribuição de recursos, num esforço inicial de “garantir o real direito à educação em tempo integral”, pois “o direito só se realiza de fato quando associado a fontes significativas e estáveis de recursos” (MENEZES, 2008, p.7 *apud* MILITÃO e KIILL, 2015, p. 977).

O recurso destinado às escolas não contempla a reforma ou ampliação do ambiente escolar, e mesmo para a compra de materiais, pequenos reparos e o pagamento da ajuda de custos aos profissionais envolvidos é insuficiente para cobrir todas as reais necessidades do programa. Não basta ampliar o tempo e preenche-lo com atividades distintas se não oferecer espaço apropriado, e possibilidade de desenvolvimento.

É necessário rever as condições em que os programas são implementados nas escolas, se não é possível oferecer melhores espaços escolares aos alunos, que se busquem novas possibilidades e oportunidades ao desenvolvimento das atividades dos programas, que

as escolas junto a SEMED analisem a viabilidade de novos espaços educativos e que principalmente não se mantenham quietos quanto às precárias condições que a maioria das escolas públicas se encontram atualmente.

Seguidamente, foi questionados sobre o tipo de suporte ou apoio que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) tem dado para o desenvolvimento desses programas nas escolas, as resposta foram:

Coord. A: A secretaria de educação até o momento tem dado apenas o apoio técnico mesmo, tipo na organização e acompanhamento das atividades realizadas contribuindo para que as mesmas aconteçam de fato... Apoio técnico sobre informações de como mexer com a parte burocrática que o programa exige, enviando os mediadores e facilitadores às escolas e orientando no desenvolvimento das atividades.

Coord. B: técnico e mínimo possível, só apresentar o programa manda os profissionais que vão trabalhar no programa e depois só cobrar o retorno, fazem o acompanhamento, se tá dando certo, e se não tá, por que.

Coord. C: é técnico mesmo, com os monitores e facilitadores que eles mandam pra gente... Dá o acompanhamento pedagógico também.

Sobre o apoio prestado pela SEMED às escolas, todos os entrevistados concordam que o único apoio recebido é de caráter técnico, e que diferente do PME, no Novo Mais Educação os mediadores e facilitadores são escolhidos pela SEMED, ou seja, as escolas não influenciam e não escolhem quem irá desenvolver as atividades do programa. Outro ponto a ser destacado encontra-se na fala do coord. B, que aponta a cobrança de retorno por parte da SEMED, e considerando o pouco tempo de atuação do Programa diante da realidade enfrentada pelas escolas para executarem o mesmo.

Antes de cobrar resultados, deveria haver maior atenção nos problemas enfrentados pelas escolas, não há como cobrar grandes resultados em um curto período de tempo se o apoio prestado é mínimo e insuficiente. As informações repassadas as escolas também são mínimas, os profissionais são enviados as instituições de ensino apenas pela análise de currículo o pelo conhecido “apadrinhamento político”, que por terem alguma proximidade com políticos ou profissionais da SEMED conseguem a vaga para atuar no programa.

As formações a esses profissionais ou não existem ou são ministradas pela própria escola em função do esquecimento por parte da SEMED, porem não é o bastante frente à realidade vivenciada no desenvolvimento do programa.

A proposta de formação considera que é na prática refletida, ou seja, na ação-reflexão-ação, na qual não se separam as teorias e as práticas vividas no cotidiano de

cada escola, que é possível, efetivamente, ter êxito nos processos de aprendizagem.[...] A formação deverá buscar a reflexão crítica dos mediadores sobre as aprendizagens, nas relações com os estudantes e nas inter-relações no sistema social, político, econômico e cultural.(MEC, 2017, p. 47)

Seria na formação o momento em que os resultados seriam compartilhados, buscando identificar os obstáculos a serem superados, investir no que conseguiu obter êxito e fazer o dialogo entre a escola e SEMED, buscando sanar possíveis duvidas assim como capacitar-se cada vez mais para oferecer o melhor aos alunos. Mediante as informações obtidas é possível notar que a implantação do Programa Novo mais Educação enfrenta diversos obstáculos para efetivar-se nas escolas, pelas falas analisadas, a questão estrutural é o principal obstáculo.

É possível perceber que os problemas enfrentados são comuns a todas as escolas, onde as mesmas não estão acostumadas e não possuem suporte para desenvolver uma educação em tempo integral, sendo necessário fazer grandes adaptações para dar o mínimo de comodidade para a realização das atividades, que constantemente precisam ser adaptadas para a realidade da escola e que praticamente não recebem apoio por parte da SEMED. Este apoio é resumido em explicar o que é programa, selecionar e direcionar as escolas os mediadores e facilitadores e cobrar resultados, e o apoio pedagógico é praticamente inexistente.

Desta forma torna-se inviável a cobrança de resultados positivos se a dinâmica desenvolvida está longe do esperado e planejado pelo Programa, não há como esperar que o programa atinja seus objetivos se apenas o mínimo está sendo feito, este trabalho não é particularidade da escola, ele é parceria entre todos os envolvidos no cenário educacional e, portanto, necessita ser desenvolvido em parceria com todos, em prol do desenvolvimento e dos bons resultados que se almejam.

3.2 AVANÇOS EDUCACIONAIS DECORRENTES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MÃE DO RIO

Prosseguindo com a pesquisa, quando questionados sobre que avanços ou implicações positivas os coordenadores pedagógicos consideravam que foram alcançados ao longo do período de desenvolvimento desses programas de educação em tempo integral na rede municipal de ensino, as respostas foram as seguintes:

Coord. A: Acredito eu houveram pontos positivos e negativos, visto que o programa ainda não está 100%, há muito o que avançar ainda, mas

considero isso um processo que a cada dia tende a melhorar, falando nos avanços, posso dizer que é um avanço é a maior participação dos alunos no projeto, antes parecia que havia grande desistência ao decorrer do período, agora vejo que dos alunos que iniciaram, praticamente todos continuam, isso não acontecia no Mais Educação, não sei por que ainda, e também vejo que as atividades acabam ajudando os alunos com maiores dificuldades em sala, a longo prazo ainda não dá para falar, acho que tiveram muitas falhas no programa anterior e que este Novo Mais Educação talvez colha os frutos que o anterior não colheu.

Coord. B: *bom é óbvio que a gente não atinge o objetivo esperado, porque quando a gente pensa num programa que vem com esse objetivo de ampliar o tempo da criança na escola e conseqüentemente melhorar a qualidade da aprendizagem deles a gente espera que esses resultados eles venham de forma muito significativas dentro da sala de aula e a gente não conseguiu atingir os objetivos ainda, e eu faço uma comparação do antigo com esse e vejo uma diferença na qualidade do trabalho desenvolvido, no comprometimento desses profissionais, eu acompanhei os dois programas e vejo uma diferença na qualidade do trabalho, um avanço é a qualidade dos profissionais e que isso impacta diretamente na aprendizagem dos alunos, eu acho que o de hoje vai ser melhor do que o que foi o do passado, era uma experiência nova, a gente não tinha muita orientação sobre, esses voluntários não tinham o mesmo conhecimento e pensamento que se tem hoje. Eu acredito que foi por isso os poucos avanços, mas estamos na busca de melhores né.*

Coord. C: *um avanço significativo né no ensino aprendizagem, ainda não dá pra saber direito, é tudo muito novo, mais acho que vai melhorando com o tempo... é né, perceptível né o aprendizados dos alunos.*

Analisando as falas dos entrevistados, é possível identificar vários pontos comuns a todas elas, como o fato do programa ser algo novo na escola e ainda não dá para identificar grandes avanços com relação ao desenvolvimento do mesmo. Sobre a aprendizagem dos alunos, todas as falas convergem em relação ao avanço na aprendizagem, uma vez que os alunos tem a oportunidade de participar de atividades pedagógicas que envolvem o lúdico e que objetiva o desenvolvimento educacional deste aluno.

É razoável supor que as notas dos alunos possam melhorar em função de uma maior carga horária de matemática e português. Além disso, um outro fator de estímulo é que essas matérias são ensinadas de maneira mais lúdica e menos formal, através de jogos e atividades fornecidas pelos Kits, o que pode facilitar a compreensão dos conteúdos. (XERXENEVSKY, 2012, p. 68).

Mais tempo na escola dedicado ao ensino da língua portuguesa e da matemática oferecem aos alunos maiores chances de desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas, principalmente pelo fato das atividades se diferenciarem das rotineiras aulas em sala, uma vez que envolvem dinâmicas mais lúdicas e são mais motivadoras, conseguindo prender mais a atenção dos alunos que as tradicionais aulas ministradas.

Na fala do Coord. A, é destacado como um avanço a maior participação dos alunos nos programas, já na fala do coord. B o comprometimento dos profissionais que trabalham diretamente com alunos é o avanço percebido pelo entrevistado. Outro ponto de convergência entre as falas é o otimismo em relação ao Novo Mais Educação, as falas demonstram que este mesmo otimismo não existia ou não era tão acentuado com o Programa Mais Educação, todas as falas acreditam que o Novo Mais Educação vai obter os resultados que o programa anterior não teve. Ainda na fala do coord. B, é possível identificar uma certa decepção com relação ao Programa, pois imaginava-se que os resultados viriam de imediato e os mesmos acontecem de forma lenta.

Os resultados obtidos foram poucos, talvez pela pouca experiência da maioria das escolas em implementar as políticas públicas de educação em tempo integral, e sendo algo novo e sem muita informação, houveram várias lacunas que impossibilitaram o Programa Mais Educação de atingir os objetivos esperados.

É importante que o acompanhamento pedagógico se organize em atividades diferenciadas e sequências didáticas que possibilitem o acompanhamento individual do estudante, a fim de que seja possível o diagnóstico não apenas das suas dificuldades, mas das potencialidades que apresenta no processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2017, p. 39).

As escolas, ao longo dos anos, foram adaptando-se, e com um maior nível de informação sentem-se mais preparadas para implementarem o Novo Mais Educação. Há uma experiência anterior, e pelo apresentado na pesquisa, os profissionais sentem-se mais preparados para coordenarem as atividades, buscando diagnosticar os erros e acertos em prol da superação dos desafios existentes, além de haver maior credibilidade e valorização, por parte dos profissionais da educação, nas potencialidades do programa relacionado ao desenvolvimento do ensino aprendizagem dos alunos.

Esse acompanhamento possibilita identificar os alunos com maior dificuldade educacional, assim como propicia meios para a superação de tais dificuldades. Acompanhar os avanços só é possível através de um trabalho em parceria, onde todos os envolvidos no processo educacional estejam envolvidos, onde esteja em conformidade com o Projeto político pedagógico da escola e que contemple a variedade de sujeitos e de saberes que a escola compreende.

É primordial que todos os sujeitos: articulador, mediador e facilitador estejam em permanente diálogo com os professores regentes, a fim de que o trabalho pedagógico no Programa não esteja divorciado do trabalho pedagógico da escola.

Desse modo, acompanhar o processo avaliativo pelo qual passa o estudante, identificar os instrumentos e procedimentos avaliativos, analisar o rendimento do estudante com base nesses instrumentos e procedimentos, acompanhar os trabalhos e cadernos, corrigir erros, identificar obstáculos e dar feedback constante da evolução da aprendizagem dos estudantes deve ser uma prática contínua. (BRASIL, 2017, p. 39-40)

Avaliar está para além da cobrança de resultados, compreende a tarefa de identificar o que foi possível progredir a partir do que foi desenvolvido e o que não obteve avanço, para então enfrentar as dificuldades e barreiras e poder traçar metas para sanar os pontos negativos ainda existentes. Esta tarefa não é fácil e não se faz sozinho, ela é resultado do trabalho em parceria desenvolvido por toda a equipe escolar em buscar do desenvolvimento educacional de seus alunos, onde acompanha e analisa a trajetória escolar dos mesmos, contribuindo para que os objetivos escolares sejam alcançados.

Desta forma, desfazendo-se dos resultados passados e objetivando melhorar os processos de aprendizagem nas escolas, o programa conta com profissionais dispostos a trabalhar para que as metas do programa sejam atingidas. Nas escolas analisadas é possível perceber que dois fatores contam a favor do Novo Mais Educação, a credibilidade dada ao programa, pois acreditar no potencial de algo é essencial para que haja empenho no desenvolvimento de qualquer que seja o trabalho, e a informação, atualmente os profissionais parecem ter mais informações sobre os objetivos do atual programa do que tinham com o anterior, fato que contribui para o desenvolvimento das atividades e para a busca por melhores resultados.

Seguidamente foi indagado aos coordenadores se os mesmos acreditavam que o rendimento escolar dos alunos melhorou com o desenvolvimento das atividades curriculares do PME e PNME nas escolas da rede municipal de Mãe do Rio, segue abaixo as respostas obtidas.

Coord. A: sem generalizar, posso dizer que houve melhoras no rendimento sim, mas alguns pontos negativos acabam impedindo melhores resultados do programa, como a pouca aceitação nas escolas, e principalmente a infraestrutura deficiente que a gente encontra.

Coord. B: foi pouco no primeiro né, a gente espera um rendimento mais visível agora né com esse.

Coord. C: nesses anos uns 80% né, vejo que eles saíram da zona de conforto deles e tão em passos lentos melhorando. Não conseguimos atingir o IDEB, mas a gente tá caminhando para isso. A diferença foi pouco relacionada a última vez, a gente não subiu e era pra subir.

As falas dos coord. A e coord. B convergem sobre o baixo rendimento que os programas tiveram na aprendizagem dos alunos, uma vez que diante da proposta apresentada pelo programa esperava-se mais, porém como enfatiza o coord. A, a pouca aceitação e a infraestrutura debilitada e insuficiente foram as principais barreiras desse rendimento. Desta forma, para justificar o baixo rendimento no desenvolvimento dos alunos GANDRA (2017) elucida que:

Inicialmente, é preciso pensar nos fatores que levaram ao insucesso do programa. Seguindo a linha adotada por outros trabalhos, poder-se-ia argumentar que desafios na implementação dada a nova abordagem sobre os estudantes, professores e hábitos escolares poderiam gerar dificuldades na condução do programa pelas escolas e refletir no desempenho de seus alunos. (p. 60).

Não foi somente a infraestrutura ou a falta de credibilidade dada ao programa que foram os responsáveis pelos resultados obtidos, é um conjunto de fatos que somados impediram o programa de efetivar-se em sua totalidade, pois a proposta de educação em tempo integral ainda é considerada algo novo pelas escolas e que com condições mínimas e pouco conhecimento fazem o que está dentro do alcance, distanciando assim os resultados dos objetivos pretendidos.

A fala do coord. C diverge das demais falas ao apontar um nível altíssimo de rendimento escolar dos alunos, que diferente da realidade das demais escolas, demonstra ter alcançado um dos principais objetivos do programa que é o avanço no ensino aprendizagem dos educandos.

As escolas que tiveram a implementação do programa analisado contam com vários fatores que dificultam a realização das atividades e conseqüentemente os bons resultados, porém pela fala da coord. C tais fatores não foram empecilhos para que os resultados positivos fossem alcançados, ficando duvidoso se esta é verdadeiramente a realidade da escola ou se o coord. C estava mascarando os dados.

Apesar do IDEB não ser o único indicador de desenvolvimento dos alunos e que este processo está para além dos testes de competências aplicados na escola, com um nível de 80% de aumento no rendimento escolar, acredito que deveria ter havido um considerável avanço nos vários exames que são direcionados aos alunos da educação básica, dentre eles, o que mede o IDEB, fato que não aconteceu, desta forma, as informações prestadas se contradizem.

Este fato pode justificar-se em razão de muitas escolas terem em seu quadro de funcionários com profissionais contratados e que apoiam a gestão municipal pelo cargo que exercem, não que este seja o caso do referido entrevistado, mas ao indagá-lo sobre o seu vínculo, o mesmo afirmou ser temporário, talvez por receio e por não compreender que a entrevista não possuía caráter político ou investigativo partidário, as informações repassadas possam ter se distanciado da realidade vivenciada nesta escola.

3.3 DIFICULDADES E CONTRADIÇÕES ENFRENTADAS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM MÃE DO RIO

Prosseguindo com a entrevista, foi questionado sobre as dificuldades enfrentadas na execução dos programas de educação em tempo integral, as duas perguntas eram muito semelhantes, por isso, foram compactadas em apenas uma pergunta e o coordenador responderia dependendo da informação que tivesse. Sobre que dificuldades foram/ são encontradas para implementar os Programas na rede municipal de ensino e em relação às escolas, as respostas foram as seguintes.

Coord. A: infraestrutura insuficiente e a falta de espaço dificultam muito e, além disso, a pouca credibilidade de alguns ao bom funcionamento do programa são os principais, se eles não acreditam no programa como vão desenvolver com qualidade né?!

Coord. B: a inadequação da estrutura física da escola é a maior delas, hoje tivemos que fazer toda uma mudança na nossa estrutura física da escola para abrir o mínimo de espaço possível para atendimento das atividades de língua portuguesa e de matemática, como a sala de leitura adaptada para a língua portuguesa e a pequena dispensa para a matemática, eles saem para o pátio também e para de baixo das árvores mais geralmente já tem outra atividade sendo desenvolvida nesses espaços.

Coord. C: aqui na escola não teve dificuldade nenhuma... Essa questão de espaço a gente da um jeito, pra mim isso não é problema.

Ao analisar as falas dos entrevistados notamos que repetidamente eles citam a infraestrutura e a falta de espaço como os grandes “vilões” da execução do Programa, além disto, um conjunto de debilidades é responsável pelas péssimas condições que a maioria das escolas públicas se encontra, pois:

A Infraestrutura e os Recursos Pedagógicos dizem respeito aos materiais físicos e didáticos disponíveis nas escolas, incluindo os prédios, as salas, os equipamentos, os

livros didáticos, dentre outros. Esses fatores são componentes fundamentais no âmbito escolar, pois o funcionamento da escola e o bom desempenho dos alunos dependem também dos recursos disponíveis. (REGIS E GOMES, 2012, p. 02).

As escolas precisam fazer grandes adaptações nos espaços escolares para executar os programas de educação em tempo integral, muitas vezes essas adaptações além de não suprirem as necessidades faz com que os problemas aumentem, prejudicando o funcionamento dos referidos programas assim como o desenvolvimento dos alunos. Frente à realidade das escolas contempladas pelo PNME, o supracitado programa encontra-se associado a superação Déficit de aprendizagem apresentados por muitos educandos, uma vez que:

A educação integral e em tempo integral seria uma forma eficaz de alcançar esse objetivo, o que implica condições mínimas para a permanência dos alunos em tempo integral. Porém, percebemos que a escola pública brasileira ainda não tem condições físicas mínimas para suprir as necessidades básicas dos alunos em turno integral, como alimentação, higienização, espaços físicos e materiais pedagógicos necessários para a realização das oficinas. (SILVA; LIMA E MEDONÇA, 2017, p. 09).

Os problemas enfrentados estão relacionados com as salas quente, sem ventilação, super lotadas e sem os materiais didáticos básicos, frente a isto, a grande maioria dos alunos são de baixa renda e muitos encontram-se em situação de distorção de idade e série, dificuldade de aprendizagem e falta de interesse pelos estudos, ou até mesmo abando escolar e envolvimento com o crime. Relacionada a esta realidade, o PNME busca auxiliar no desenvolvimento educacional dos alunos através do acompanhamento pedagógico e do acesso ao lazer, cultura, artes e esporte, ao mesmo tempo que oportuniza vivencias diferenciadas da sala de aula assim como o preenchimento do tempo livre com atividade educativas visando formar cidadãos críticos e autônomos para viverem e atuarem na sociedade que os cerca.

A fala do coord. A volta a citar a falta de credibilidade das escolas no Programa, sem profissionais que realmente acreditam no caráter de mudança e desenvolvimento que o programa tem não é possível que o mesmo atinja seus objetivos, para desenvolver um projeto ou qualquer ação com qualidade precisa-se acreditar na mesma, dar credibilidade significa acreditar no potencial transformador e principalmente trabalhar em prol disto.

Na fala do coord. C o mesmo relata não haver nenhuma dificuldade para implementar os programas de educação integral na escola em que trabalha, porem divergindo das demais falas que apontam a infraestrutura precária como um grande problema para o desenvolvimento das atividades, a mesma destaca que o fato de fazer diversas adaptações e

trabalhar com condições débeis não foi um obstáculo ou empecilho para o referido coordenador. Voltando ao que já foi mencionado acima, a fala evidencia marcas características de uma possível dissimulação da realidade, ou talvez o coord. C realmente tenha esta convicção sobre a questão do espaço, mas pelo contexto empregado acreditasse que as respostas estejam ligadas as condições trabalhistas, no caso cargo comissionado, que o mesmo se encontra.

Aqueles que detêm contrato precário e temporário, além de não terem acesso a políticas de formação e valorização profissional, também não conseguem manter vínculo com a escola e seus atores, prejudicando o trabalho e as parcerias pedagógicas. (ARAÚJO, 2017 p. 02).

Neste sentido a fala do coord. C diverge inteiramente das demais, essa visão de que as debilidades que a escola possui com relação ao desenvolvimento dos programas educacionais não são consideradas dificuldades ou problemas para escola é no mínimo infundada, se não há problemas não há pelo que lutar ou pelo que buscar, e se não buscar melhorias a escola permanece acomodada com a atual realidade, que está longe de ser o ideal.

Sem esse reconhecimento dos reais problemas enfrentados pelas escolas, deixa-se de batalhar pela melhoria dos espaços escolares, pelas capacitações de professores e por todo o conjunto educacional, onde não há o reconhecimento da subordinação escolar às péssimas condições de trabalho há o acomodamento, prejudicando o exercício educacional e consequentemente os bons resultados almejados tanto pelos processos educacionais como pelos programas implementados nas instituições de ensino.

3.4 PERSPECTIVAS PARA A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE MÃE DO RIO-PA

Após as perguntas sobre a implantação, os avanços e desafios, chegou o momento de questionar sobre as perspectivas desses profissionais acerca do futuro das políticas públicas educacionais de tempo integral, através de programas em execução nas escolas de educação básica nos municípios brasileiros. Sobre isto foi indagado o que, segundo a opinião do profissional, deve ser feito para melhorar o desenvolvimento dos Programas nas Escolas municipais de Mãe do Rio?

Coord. A: na minha opinião deveria haver uma mudança na infraestrutura da rede municipal escolar de Mãe do Rio, primeiro passo, construir ao menos uma nova escola ou ampliar as que já tem, segundo passo

reorganizar turmas e estudantes entre as escolas de acordo com a capacidade de cada uma, para assim possibilitar o funcionamento da educação em tempo integral com boas condições, a partir daí, acredito que um bom trabalho pedagógico e uma manutenção financeira adequada daria conta de alcançar os objetivos reais de uma educação integral.

Coord. B: *primeiro melhor os espaços físicos das escolas, oferecer mais capacitação tanto para os coordenadores quanto mediadores e facilitadores, pois isso contribui bastante para os bons resultados.*

Coord. C: *É buscar formadores com mais responsabilidade, é, é isso, tendo isso acho que as coisas dão certo.*

Nas duas primeiras falas, novamente volta a ser evidenciada a questão da infraestrutura das escolas. A primeira fala destaca o que deveria ser feito e elenca as medidas necessárias para alcançar os objetivos dos Programas de educação em tempo integral, destacando a reforma e ampliação das escolas como ponto de partida em busca de alcançar as metas pretendidas.

Dentro da primeira fala um ponto específico chama bastante atenção, é o destaque a necessidade de um bom trabalho pedagógico e a manutenção financeira como fatores essenciais para alcançar os objetivos pretendidos do Novo Mais Educação. Assim como se faz necessária uma boa estrutura física para atender aos alunos, é preciso profissionais capacitados e comprometidos com a educação, que percebam seu papel formador na vida do aluno e desenvolva seu trabalho com qualidade objetivando o desenvolvimento plenos de seus educandos. Pimenta (2009) enfatiza que:

Ao professor atribui-se o importante papel de mediador, facilitador do processo de aprendizagem, isto é, o de criar as condições necessárias e adequadas de exposição e apropriação do conhecimento pelos alunos, afastando-se cada vez mais a ideia de que ele não é um simples técnico reprodutor de conhecimentos e/ou monitor de programas pré-elaborados (p.15).

Não somente o professor, mas toda a família escolar faz parte do processo educacional dos alunos, todos têm suas contribuições e são responsáveis tanto pelo sucesso como pelo fracasso escolar, desta forma, alcançar os objetivos propostos pelo PNME é resultado do trabalho em parceria entre, escola, comunidade, família e educando, e para tanto devem ser viabilizadas diversas possibilidades de aprendizagens, pois:

[...] entender que a aprendizagem é um processo contínuo e progressivo é essencial para estimular cada vez mais o aprendiz, criando situações motivadoras, respeitando as dificuldades e obstáculos de cada um, garantindo o aprendiz com reforço, orientação e processos paralelos para aqueles alunos que não conseguem acompanhar o ritmo empreendido no transmitir conhecimentos. (CRUZ, 2010, 05).

É essencial a compreensão que as falhas devem ser analisadas em prol de serem sanadas, identificar os problemas e suas causas é uma prioridade em busca de garantir a

aprendizagem de todos os alunos, independente das dificuldades e limitações próprias de cada um.

A segunda fala além do destaque da infraestrutura aponta a capacitação profissional como um importante aporte para obter os bons resultados, colocando que a mesma não deve ser direcionada apenas aos coordenadores, mas também àqueles que trabalham diretamente com os alunos no desenvolvimento das atividades que são os facilitadores e mediadores.

[...] a capacitação dos profissionais de educação e a necessidade de aquisição de novos conhecimentos sobre as características, potencialidades e limitações destes escolares, bem como fundamentos sobre recursos e apoios pedagógicos facilitadores, são fundamentais para práticas inclusivas e o acesso à aprendizagem (GLAT ET AL., 2003 *apud* SHOLL-FRANCO, MIGUEL E CARDOSO, 2014, p. 03).

Além de a capacitação ser uma necessidade real a todos os profissionais envolvidos no meio escolar, a mesma favorece a constante atualização das práticas pedagógicas, tirando o profissional da zona de conforto e fazendo com que o mesmo busque constantemente novas formas de ver e fazer uma educação de qualidade.

Dessa forma, a perspectiva de formação delineada para o Programa supõe, naturalmente, a sistematicidade e a crítica. Assim, leva-se os coordenadores e os mediadores à análise da problemática de seu cotidiano para então saber agir sobre ela, sem deter-se apenas a resoluções de problemas imediatos, ampliando os horizontes de reflexão, de modo a abranger a função de escola e de educação no âmbito da sociedade. Isso diz respeito às potencialidades da reflexão como ponto de partida para que se reconstruam seus questionamentos e intervenções pedagógicas. (MEC, 2017, p. 47)

Na fala do coord. C o mesmo destaca apenas a busca por profissionais com mais responsabilidade como perspectivas para o programa de educação em tempo integral desenvolvido nas escolas, dentro desta fala fica implícito que a falta de responsabilidade ou a falta de compromisso dos profissionais que trabalham no desenvolvimento das atividades é um obstáculo para que se garantam os bons resultados ligados ao programa.

“Portanto, fique bem claro que o compromisso com a aprendizagem exige um movimento contínuo de métodos e processos, pessoas e sistemas, buscando o maior benefício para o educando como retorno social do que a sociedade investiu”. (WERNECK, 2010, p. 01)

Desta forma o trabalho desenvolvido na educação não deve ser feito de qualquer forma, para que possa ser desenvolvida uma educação de qualidade, que busque formar sujeito críticos e autônomos é preciso que haja comprometimento com o dever de educar, profissionais qualificados, escolas com boas estruturas físicas e com apoio de materiais didáticos necessários, com projetos educacionais sólidos e consistentes com os objetivos

educacionais e, principalmente com ampliação do tempo escolar para o tempo integral, uma vez o turno regular de quatro horas diárias já não é mais suficiente para atender as necessidades das novas funções da escola frente ao seu papel formador.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como foco de análise a política pública de educação em tempo integral realizada através dos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação. Partindo de um levantamento bibliográfico para compreender melhor o tema, prosseguiu-se com a pesquisa de campo com coordenadores pedagógicos responsáveis pelos programas em algumas escolas do município onde a pesquisa foi realizada.

O estudo buscou investigar avanços, dificuldades/contradições e perspectivas do trabalho com a educação em tempo integral na rede municipal de ensino de Mãe do Rio. Neste contexto, o que mais se destacou na construção deste trabalho foi a relação educação integral *versus* educação em tempo integral, a partir das pesquisas feitas bibliograficamente foi possível perceber que no decorrer dos anos houve muitas mudanças com o significado empregado ao termo educação integral, e até uma desvalorização, visto que a concepção de educação integral, enquanto formação global do ser humano, está se perdendo no cenário educacional nacional.

Cabe ressaltar que através das análises feitas considerando os dois programas, Mais Educação e Novo Mais Educação, encontramos grandes divergências entre os objetivos e metas a eles empregados, e a de maior destaque encontra-se no fato de haver perda do caráter de “educação integral”. Assim, promover uma educação integral ao ser humano dispõe de vários mecanismos entre eles a ampliação do tempo escola uma vez que não se pode compreender atividades que trabalhem as múltiplas dimensões humanas em um período de quatro horas de aulas diárias, ou seja educação integral está estritamente relacionada com a ampliação do tempo da criança na escola, porém, “Reduzir as potencialidades da ampliação do tempo de à busca de mais eficiência nos resultados escolares ou à adaptação às rotinas da vida urbana contemporânea limita os possíveis sentidos ou significados educacionais inovadores dessa ampliação”. (CAVALIERE, 2007, p. 1017).

As reformulações nas políticas públicas de educação colocam a ampliação do tempo escolar como o principal objetivo do Programa Novo Mais Educação, ao invés de ser o desenvolvimento integral do aluno e o tempo sendo uma estratégia para alcançar tal objetivo. Este talvez seja a maior contradição na história nacional em busca de uma educação integral em tempo integral às escolas públicas. Tal mudança age como se manter a criança na escola por mais tempo seja o foco central do Programa e para tanto complementa este tempo com

atividades de reforço, sem o real comprometimento com desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas.

Outro fato que chamou a atenção na pesquisa de campo refere-se ao atual Programa Novo Mais educação. Este possui características muito distintas do programa anterior, o Mais Educação, porém, as mesmas parecem não ser notadas pelos coordenadores escolares, pois o PNME é tido por eles como superior ao anterior. Essa perda de finalidade ou não é compreendida pelos coordenadores ou não tem importância frente ao objetivo de reforço escolar.

Diante desta percepção, fica uma dúvida: será se esses coordenadores têm o devido conhecimento sobre o Programa que a escola desenvolveu e sobre o que está sendo desenvolvido atualmente? Se a resposta for positiva, será que eles compreendem que educar é mais do que ler e escrever? Estas respostas não foram possíveis obter durante a pesquisa, porém foi possível perceber que o caráter de reforço escolar que o Programa agrega se sobrepõem a qualquer atividade que o mesmo desenvolva, e mediante as respostas obtidas nas entrevistas, no momento isso é suficiente para a escola.

Mediante a realização desta pesquisa foi possível conhecer um pouco mais sobre cada um dos programas analisados, assim como perceber que a implantação do Programa Mais Educação não obteve os resultados esperados por um série de fatores, entre os principais estão condições de infraestruturas das instituições de ensino para receber o aluno em tempo integral, fazendo com que as escolas fizessem adaptações que prejudicaram o bom funcionamento do Programa, e a falta de qualificação e de informação daqueles que trabalhavam diretamente com as crianças na realização das atividades.

Desta forma, vale destacar que o cenário em que o PME foi implantando se repete com o Novo Mais Educação, as diferenças são mínimas, acrescido apenas pela maior qualificação dos mediadores e facilitadores que são escolhidos pela SEMED e que diferente do Programa anterior, estes são mais comprometidos com o trabalho desenvolvido, porém talvez não seja suficiente para obter resultados melhores que os anteriores. Bons resultados só se concretizam a partir de um coletivo, e neste coletivo encontra-se parceria entre escola, comunidade, família, SEMED, infraestrutura de qualidade, apoio financeiro e pedagógico adequado, profissionais qualificados e comprometidos entre outros.

Neste sentido, o Novo Mais educação não conta com grandes melhorias relacionadas ao programa anterior, as escolas encontram-se em situações precárias, o apoio pedagógico é insuficiente, os investimentos não suprem as reais necessidades do Programa, e principalmente, o desenvolvimento do Programa está desvinculado com a participação da comunidade e da família, não havendo esta parceria, uma parte importante da identidade do aluno deixa de ser explorado no processo educativo, desta forma “Não se pode pretender, portanto, que a escola seja mediadora exclusiva dos processos que produzem aprendizagem, sendo cada vez mais necessário que atentemos para o que acontece fora da sala de aula. (GUARÁ, 2009, p. 76).

Essa realidade que cerca a escola e permeia a vida dos alunos é a realidade que precisa ser utilizada no desenvolvimento dos processos educacionais, ressignificando as funções da escola, onde o aluno identifique-se com o que a escola produz e reproduz, e que se sinta representado e engajado no cenário educacional.

É notório que há muitas dificuldades a serem superadas para que o Programa consiga atingir seus objetivos, e reiterando que o principal caráter já foi perdido com as reformas, o de educação integral, pois não basta apenas ampliar o tempo sem um Projeto com metas e objetivos em conformidade com a realidade do público atendido, sem o comprometimento de desenvolvimento integral humano. As atividades de complementação de carga horária não contribuem com o ideal de educação integral, em vez de a mudança ser favorável aos alunos, ela significa um retrocesso educacional, onde toda a conquista de uma educação de qualidade comprometida com a multiplicidade humana se perde em meio à ampliação do tempo escolar visando o desenvolvimento específico nas áreas de língua portuguesa e matemática.

Esta perda talvez não seja sentida imediatamente, mas qualquer que seja os rumos que a educação brasileira tomar, em termos de ampliação do tempo escolar, esta mudança aos poucos será sentida. Mesmo diante dessas divergências entre um programa e o outro, ampliar o tempo da criança na escola favorece um maior tempo para o seu desenvolvimento educacional além de oportunizar momentos de recreação, lazer e cultura que muitas delas não têm acesso fora do ambiente escolar, assim como preenche o tempo vago com atividades que contribuam com o seu desenvolvimento retirando muitas crianças da rua e complementando este tempo com atividades planejadas de acordo com a realidade dos alunos.

Este Programa também contribui para integrar a comunidade à escola, porém muitas vezes a escola trabalha distante da realidade a sua volta, esta é uma oportunidade da escola baixar os muros e permitir a participação de vários atores no processo educacional, garantindo uma educação contextualizada, onde a parceria escola e família não se resumam apenas a reuniões, e escola e comunidade se resume a endereço de localização, é preciso compreender que o cenário escolar precisa dessa diversidade humana, da multiplicidade e da variedade, pois só assim será possível iniciar o processo de transformação educacional do qual as nossas escolas necessitam.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Heleno. A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: Valorizar os professores é condição fundamental para a melhoria da escola pública, e deve integrar as políticas públicas. **Carta Educação**. 2017. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/a-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao/>>. Acesso em 04 out. 2018.

BAHIA. **Lei estadual nº 1.846 de 14 de agosto de 1925**. Dispõe sobre reforma a instrução pública do Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134871/15%20-%20Lei%20N.%201.846%2c%20de%2014%20de%20Agosto%20de%201925.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 07 ago. 2018.

_____. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 27 JAN. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Portaria normativa interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa Mais Educação. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12985-portaria-19041317-pdf&category_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 jul. 2018.

_____. **Portaria n. 1.144, de 10 de outubro de 2016**. Institui o Programa Novo Mais Educação. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49121-port-1145-11out-pdf/file>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. 2011. **Manual Da Educação Integral Em Jornada Ampliada Para Obtenção De Apoio Financeiro Por Meio Do Programa Dinheiro Direto Na Escola – Pdde/Educação Integral, No Exercício De 2011.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8143-c-manual-pdde-2010-educacao-integral-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. **PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO DOCUMENTO ORIENTADOR – Adesão - Versão I. 2016.** Disponível em <<http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/maisEducacao/docuemntoOrientadorMaisEducacao.pdf>> Acesso em 03 jul. 2018.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia**. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 46, p. 249-259, Mai./Ago, 2010.

CRUZ, Ulysses de Brito. **COMPROMETIMENTO DO PROFESSOR COM O APRENDIZADO DO ALUNO.** Sergipe, 2010. Disponível em: http://educonse.com.br/2010/eixo_04/E4-95.pdf. Acesso em 06 nov. 2018.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **A TRAJETÓRIA DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: REVISÃO HISTÓRICA.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/840.pdf>. Acesso em 13 jul. 2018.

GANDRA, Juliana Mara de Fátima Viana. **O IMPACTO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO DESEMPENHO ESCOLAR: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.** VIÇOSA- MINAS GERAIS, 2017.

GUARÁ, Isa Maria F. R. **Educação e desenvolvimento integral:** articulando saberes na escola e além da escola. Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

HEERDT, Mauri Luiz; LEONEL, Vilson. **METODOLOGIA CIENTÍFICA E DA PESQUISA.** 5. ed. rev. e atual. – Palhoça : **UnisulVirtual**, 2007.

LIMA, José Rosamilton. **O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL VICENTE DE FONTES EM JOSÉ DA PENHA.** Rio Grande do Norte . 2014. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/setepe/trabalhos/Modalidade_1datahora_09_09_2014_23_32_54_idinscrito_64_8286117e5f7b2e10cd5c23d2860011c6.pdf>. Acesso em 04 jul. 2018.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes; KIILL Andressa Neves. A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E LEGAL. **Colloquium Humanarum**, vol. 12, n. Especial, 2015, p. 976-984

_____. Ministério da Educação. **EDUCAÇÃO INTEGRAL.** 2015. Disponível em <<http://educacaointegral.mec.gov.br/>>. Acesso em 04 jul. 2018.

_____. Ministério da Educação. 2018. **SAIBA MAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/195-secretarias->

112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16689-saiba-mais-programa-mais-educacao> acesso em 02 ago. 2018.

MONTEIRO, Mônica. O que há de novo no “Programa Novo Mais Educação” ?. in: VIII Jornada Internacional Política Públicas, 2017, Maranhão. **Anais eletrônicos...** Maranhão: UFMA. Disponível em: <
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/oquehadenovonoprogramanovomaiseducacao.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2018.

NUNES, Clarisse. **Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral no Brasil.** Brasília, v. 22, n. 80, p. 121-134, abr. 2009. Disponível em:
<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2225/2192>. Acesso em 12 jul. 2018.

PAIVA, Flávia Russo Silva; AZEVEDO, Denilson Santos de; COELHO Lígia Martha Coimbra da Costa. **CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PROPOSTAS DE AMPLIAÇÃO DO TEMPO ESCOLA.** Instrumento: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 16, n. 1, jan./jun. 2014.

PARO, Vitor Henrique. et al. **Escola de tempo integral: desafios para o ensino público.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

PIMENTA, Selma Garrido. Saberes pedagógicos e atividade docente. Formação de professores: identidade e saberes da docência. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

REGIS, André; GOMES, Adailda. **DESEMPENHO E INFRAESTRUTURA: MAPEAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Madison Rocha. **A RELAÇÃO ENTRE CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL:** um estudo a partir da configuração curricular do Programa Mais Educação. 2017. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Pará, 2017.

SANTOS, Juliana de Paula Guedes de Melo. **A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: HISTÓRICO, REFLEXÕES E PERSPECTIVAS.** Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2013.

SHOLL-FRANCO, Alfred; MIGUEL, Anna Carolina; CARDOSO, Fabrício. **A importância do treinamento e capacitação dos professores e profissionais da educação para o ensino infantil.** 2014. Disponível em:<
<https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/primeira-infancia/artigos/artigos-ano-2014/a-importancia-do-treinamento-e-capacitacao-dos-professores-e-profissionais-da-educacao-para-o-ensino-infantil-alfred-sholl-franco-anna-carolina-miguel-e-fabricio-cardoso-ano-2014>>. Acesso em 04 out. 2018.

SILVA, Erislaine Matos da; LIMA, Daiane Chaves; MENDONÇA, Daelcio Ferreira Campos. **PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: DESAFIOS DE SUA EXECUÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ITAPETINGA-BA.** Bahia, 2017

WERNECK, Hamilton, Compromisso com a aprendizagem. **Jornal da Educação.** Edição nº 242 – Outubro/2010. Disponível em: < <http://www.construirnoticias.com.br/compromisso-com-a-aprendizagem/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

XERXENEVSKY, Lauren Lewis. **PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DESEMPENHO DE ALUNOS NO RIO GRANDE DO SUL.** Porto Alegre. 2012

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. EDUCAÇÃO INTEGRAL, TEMPO INTEGRAL E PAULO FREIRE: OS DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO CONHECIMENTO-TEMPO-TERRITÓRIO. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.01, p. 82 – 107, São Paulo, jan./mar.2016. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em 04 jul. 2018.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

PROJETO DE PESQUISA: A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE MÃE DO RIO-PA: AVANÇOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVAS.

Autor: Maria Cristiane da Silva Batista

Orientador: Madison da Rocha Ribeiro

Escola/secretaria: _____

I- IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

1. Como você avalia o processo de implantação do Programa Mais Educação e do Novo Mais Educação na rede municipal de ensino?
2. Como você avalia as condições de nossas escolas para receber os programas de educação em tempo integral como o Mais Educação e Novo Mais educação?
3. Que tipo de suporte ou apoio a Secretaria Municipal de Educação(SEMED) tem dado para o desenvolvimento desses projetos nas escolas?

II- AVANÇOS CONQUISTADOS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA

4. Que avanços ou implicações positivas você considera que foram alcançadas ao longo do período de desenvolvimento desses programas de educação em tempo integral na rede municipal de ensino?
5. Você acha que o rendimento escolar dos alunos melhorou com o desenvolvimento das atividades curriculares desses programas nas escolas da rede municipal de Mãe do Rio?

III- DIFICULDADES ENFRENTADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

6. Que dificuldades foram/ são encontradas para implementar os Programas na rede municipal?

7. Em relação às escolas, que dificuldades você acha que elas encontram para realizar as atividades dos programas de educação em tempo integral?

III- PERSPECTIVAS

8. Em sua opinião, o que deve ser feito para melhorar o desenvolvimento dos Programas nas Escolas municipais de Mãe do Rio?